

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

FRANCIS ARÉCO TÔRRES

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA
AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM GEOGRAFIA**

AQUIDAUANA, MS

2025

FRANCIS ARÉCO TÔRRES

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA
AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada como exigência do Curso
de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa.
Dra. Vicentina Socorro da Anunciação.

AQUIDAUANA, MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Seção de Biblioteca – CPAQ/UFMS, Aquidauana, MS, Brasil)

FRANCIS ARÉCO TÔRRES

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA
AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada como exigência do Curso
de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa.
Dra. Vicentina Socorro da Anunciação.

DEDICATÓRIA

À minha família, formada pela minha esposa, Silvana, meus filhos, Mariana e Fernando, minha mãe Maria Eva e meu pai Francisco Torres, pelo apoio e entendimento das ausências no cotidiano, dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus por ter me auxiliado espiritualmente em todos os momentos desta jornada de estudos que trilhei de 2022 até 2025. Estendo meus agradecimentos as pessoas que acompanharam e apoiaram de alguma forma meu esforço em retornar à universidade, UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – depois de 14 anos, após a graduação, em busca do mestrado em geografia.

À Professora Dra. Vicentina Socorro da Anunciação, tenho enorme agradecimento, pois acreditou no meu projeto e estendeu as mãos. Fez orientação de qualidade, até mesmo no final de semana e feriados, apoiou-me nas disciplinas do curso, nos eventos acadêmicos, projetos de extensão e disponibilizou ótimas bibliografias. Foi uma verdadeira “orientadora”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Aquidauana que ministraram disciplinas essenciais para o aprofundamento da minha pesquisa.

A todos os atores sociais da educação básica, professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares que contribuíram com a pesquisa, respondendo os questionários e dialogando sobre a temática educação de tempo integral e o ensino médio.

À minha linda família que apoiou meus estudos e compreenderam que minhas ausências tinha um propósito. Mas sabem o quanto sou apaixonado por todos, e vislumbram que o título de mestre irá trazer ótimos benefícios nas minhas aulas na educação básica, como também profissionalmente.

RESUMO

A educação brasileira convive com políticas públicas, associado a intenções e esforços para implantação e adaptação dos programas educacionais nas instituições escolares. No contexto do estado de Mato Grosso do Sul e particularmente do município de Aquidauana à educação pública vem sendo implantado o programa de Educação em Tempo Integral, especificadamente nas escolas da Rede Estadual de Ensino (REE), e o novo ensino médio. Esse estudo originou-se de investigar a implantação do referido programa especificamente a vertente, denominado “Escola da Autoria”, ressaltar o processo de organização das instituições de ensino no município de Aquidauana e os impactos na etapa ensino médio da educação básica, sobretudo no componente curricular geografia, cuja implantação desta modalidade de institucionalização de ensino no contexto local, em Aquidauana, deu início no ano de 2019 pela Secretaria de Estado de Educação. Esta pesquisa ancorou-se na metodologia envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de opinião no intuito de abordar a temática estudada abrangendo referenciais teóricos, em documentos, instituições, instrumentos normativos que abordam as diretrizes concernentes ao estudo. Os resultados apontam que a educação integral não está correspondendo em reverter os problemas da educação na realidade local, principalmente no ensino médio, sobretudo no contexto socioeconômico e cultural, implementação de tecnologias uma vez que a infraestrutura física das instituições de ensino, recursos econômico e humano são ineficazes e não corresponde adequadamente aos objetivos propostos pelo programa bem como converter em ascensão social aos atores sociais envolvidos. O componente curricular geografia passa por intercorrências que repercutem na formação eficaz do estudante como redução de carga horária, tempo para os docentes cumprir o referencial curricular e complementação de carga horária com itinerários formativos que não correspondem a formação núcleo docente estruturante da graduação do profissional em diversas unidades escolares.

Palavras-chave: Educação, Geografia, Política Pública, Docente.

ABSTRACT

Brazilian education coexists with public policies, associated with intentions and efforts to implement and adapt educational programs in school institutions. In the context of the state of Mato Grosso do Sul and particularly in the municipality of Aquidauana, public education has been implementing the Full-Time Education program, specifically in schools of the State Education Network (REE), and the new high school. This study originated from investigating the implementation of the aforementioned program, specifically the strand, called “School of Authorship”, highlighting the process of organization of educational institutions in the municipality of Aquidauana and the impacts on the high school stage of basic education, especially in the geography curricular component, whose implementation of this modality of institutionalization of education in the local context, in Aquidauana, began in 2019 by the State Department of Education. This research was anchored in the methodology involving bibliographic, documentary and opinion research in order to address the studied theme covering theoretical references, in documents, institutions, normative instruments that address the guidelines concerning the study. The results indicate that comprehensive education is not responding to reversing the problems of education in the local reality, especially in high school, especially in the socioeconomic and cultural context, implementing technologies since the physical infrastructure of educational institutions, economic and human resources are ineffective and do not adequately correspond to the objectives proposed by the program as well as converting into social ascension for the social actors involved. The geography curricular component goes through complications that impact the effective training of the student, such as reducing the workload, time for teachers to fulfill the curricular reference and complementing the workload with training itineraries that do not correspond to the core teaching training that structures the professional's undergraduate degree in various school units.

Keywords: Education, Geography, Public Policy, Teacher.

LISTA DE TABELAS

TABELA – 1: Aquidauana - Escolas de Educação Básica (2023)	32
TABELA – 2: Matrículas no ensino médio nas escolas da autoria (2019 a 2023)	38
TABELA – 3: Rendimento escolar do ensino médio nas escolas da autoria (2019 a 2023) ...	39
TABELA – 4: Implantação das Escolas de Autoria no município de Aquidauana no período de (2019 a 2023)	50
TABELA – 5: IDEB do Brasil, Mato Grosso do Sul e Aquidauana na etapa ensino médio no período de (2019 a 2023)	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EE Cândido Mariano – Autorização de funcionamento (Legislação)	34
QUADRO 2 – EE Felipe Orro – Autorização de funcionamento (Legislação)	34
QUADRO 3 – EE Professora Marly Russo Rodrigues – Autorização de funcionamento (Legislação)	35
QUADRO 4 – EEI Pastor Reginaldo Miguel – Huyenó'o – Autorização de funcionamento (Legislação)	35
QUADRO 5 – EE Professor Antônio Salústio Areias – Autorização de funcionamento (Legislação)	36
QUADRO 6 – EEI de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN – Autorização de funcionamento (Legislação)	37
QUADRO 7 – Escola da Autoria no município de Aquidauana (2019 a 2023)	37
QUADRO 8 – Grade curricular do ensino regular e da escola da autoria (2018)	63
QUADRO 9 – Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul da escola de autoria do ensino médio (2021)	65
QUADRO 10 – Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul da escola de autoria do Ensino médio: Geografia (2021)	67
QUADRO 11 – Impactos das políticas públicas educacionais no ensino-aprendizagem	77
QUADRO 12 – Ocorreu oferta de materiais/recursos pedagógicos para as turmas do ensino médio? As políticas públicas implantadas trouxeram melhoras neste quesito para geografia?	79
QUADRO 13 – A SED ou a escola ofertou apoio técnico e pedagógico para o profissional atuar no "novo ensino médio" e na "escola de tempo integral"?.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
COGEB - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica
CFOR - Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EMTI - Ensino Médio em Tempo Integral
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
MP - Medida Provisória
NEM - Novo Ensino Médio
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE - Plano Estadual de Educação
PCN - Parâmetro Curricular Nacional
PME - Programa Mais Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático
PRA - Plano de Recomposição das Aprendizagens
PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador
REE - Rede Estadual de Ensino
RAV - Recuperar para Avançar
SEB - Sistema Educacional Brasileiro
SED - Secretaria de Estado de Educação
SNE - Sistema Nacional de Educação
UC - Unidades Curriculares
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	TEMA DA PESQUISA	19
	2.1 Tema	19
	2.2 Relevância	19
	2.3 Justificativa	20
	2.4 Hipótese	22
	2.5 Objetivos	23
	2.5.1Objetivo Geral	23
	2.5.2Objetivos Específicos	23
	2.6 Procedimentos metodológico e método de análise	23
3	RECORTES TEÓRICOS E BASES CONCEITUAIS	25
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE APLICAÇÃO DA PESQUISA	32
5	OLHARES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DA AUTORIA E O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE MS	42
6	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE AUTORIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E REFLEXOS NO COMPONENTE CURRICULAR GEOGRAFIA	60
7	INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES ESCOLARES PESQUISADAS.....	71
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERENCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira sofreu transformações ao longo do tempo, principalmente na legislação educacional, assim como possui uma realidade no sistema de educação estagnada, a mais recente é o novo ensino médio e a educação de tempo integral. As políticas públicas educacionais brasileiras percorrem os contextos sociais, políticos e históricos sempre com propósitos, e o grande desafio deste estudo é trilhar apontamentos que elucidem os efeitos destas políticas no município de Aquidauana.

A educação instrucional ou tradicional foi desafiada com o surgimento da política pública de educação integral, que se baseia na “formação para o progresso, para o desenvolvimento da civilização técnica e industrial, aspectos político-desenvolvimentistas” (Coelho, 2009, p. 89). Uma formação pautada integralmente no homem, com artes, música e teatro. Incluindo uma sociedade excluída, “assim, à medida que a escola passaria a produzir indivíduos diferentes, estaria contribuindo para a mudança na sociedade”. (Cunha, 1980, p. 47).

Situar historicamente a Educação em Tempo Integral, perpassa reportar às transformações socioeconômicas no início do século XX no Brasil, o movimento Escola Nova, o processo econômico-produtivo ancorado no modelo urbano-industrial, apregoando demandas sociais, principalmente à Educação. Freitas (2006, p. 120) enfatiza que:

As transformações do modelo produtivo brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, que acaba gerando um modelo urbano-industrial, trazem em seu bojo novas necessidades sociais, entre elas, a educação. Para a construção de uma nação rica e democrática, acreditava-se ser necessário universalizar a escola. Ao lado da preocupação quantitativa, gestava-se uma preocupação qualitativa, voltada para a qualidade do ensino nas escolas, eram os ideais da Escola Nova.

A partir dos ideários do pedagogo e filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952), o movimento de renovação da educação passa a ser evocado na perspectiva de uma nova pedagogia, consagrando o estudante no centro do ensino, com destaque nos procedimentos e não nos resultados. Assim, o movimento escola novista encharca a ideologia referente à Educação Integral que, de acordo com Cavaliere (2002, p. 248)

[...] a concepção de educação integral, tendo por base o conceito de educação como reconstrução da experiência, no contexto da corrente filosófica pragmatista e de seu destacado autor John Dewey. Buscamos aqui uma possível base teórica para a elaboração de uma proposta de educação fundamental que possa corresponder às novas necessidades e problemas que hoje apresentam as escolas públicas brasileiras voltadas para esse segmento do sistema.

Para Camurra (2008), a educação nova surge como uma função social para o estudante brasileiro, oportuniza igualdade educacional, com objetivo de desenvolver ações para ocorrer desenvolvimento integral do ser humano em suas várias etapas da vida.

Entretanto, Nóvoa (1995) afirma que a Educação Nova é o fim do ‘discurso escolarizante’. “Movimento pedagógico inovador dos anos 20. Isto é, a geração da Educação Nova resolve a sua ‘crise de fé’ na escola mediante uma (re)mobilização de forças para a edificação de uma escola de tipo novo” (Nóvoa, 1995, p. 31).

Neste contexto, observa-se que, na configuração histórica do Brasil, a educação, principalmente pública, passa por alterações desde a monarquia até o período republicano. Materializando políticas educacionais com nefastas estruturas e com interrupções nas escolas, em virtude de mudanças de governança, conturbando as práticas educacionais, instigando discussões quanto os objetivos das políticas educacionais para atender interesses de grupos e acabam afetando a qualidade do ensino brasileiro.

Durante toda a monarquia, a expansão do sistema escolar se fez com inacreditável lentidão. A consciência dos padrões europeus era muito viva, para que se pensasse poder abrir escolas como se abrem lojas ou armazéns. Por outro lado, o desenvolvimento do país era tão lento e as condições até a Abolição, de certo modo, tão estáveis, que a nação não se ressentiu demasiadamente da escassez de sua armadura educacional. Com a Abolição e a República, entramos, porém, no período de mudanças sociais, que a escola teria de acompanhar. O modesto equilíbrio dos períodos monárquicos, obtido em grande parte às custas da lentidão do nosso progresso e do número reduzido de escolas, em que se buscava conservar a todo transe os melhores padrões, rompe-se definitivamente, e começamos a expandir o sistema escolar, sem maior reflexão nem prudência (Teixeira, 1999, p. 49).

Segundo Cury (2018) o país ainda se vê sem um Sistema Nacional de Educação (SNE) e um regime de colaboração entre os Municípios, Estados e a União, causando indefinições e uma gestão duvidosa quanto a aplicação das políticas educacionais na organização, gestão, financiamento e discussões quanto a qualidade do ensino brasileiro que envolva todas as esferas de governo.

Assim, o processo histórico brasileiro, apresenta avanços e recuos nas políticas públicas educacionais, como a Escola Tecnicista (ET), os Planos Nacionais de Educação, Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que emerge no subterfúgio de internacionalização do capital, as organizações e sujeitos neoliberais, neoconservadores, ligados a diferentes instituições de cunho mundial. Gradativamente adentra a educação formulando diretrizes e programas em curso nos últimos tempos, sobretudo direcionado ao ensino médio, evidenciando elementos controversos à realidade dos atores sociais, com destaque a juventude,

principalmente conduzindo proposições sincronizadas com os organismos internacionais no contexto neoliberal, acentuando a desigualdade educacional, repercutindo em impactos na formação dos estudantes com ênfase na preparação da força de trabalho a serviço dos donos dos meios de produção.

Referindo-se ao foco deste estudo, a educação integral e o ensino médio, observa-se que na diversidade de contextos vêm sendo discutidos e implementados desde a constituição federal de 1988 até a lei n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, que autoriza a União na abertura de matrícula e as escolas públicas ofertem na educação básica um período integral, tanto no ensino fundamental II quanto no ensino médio. A Medida Provisória (MP) n.º 746 de 16 de fevereiro de 2016 e depois convertida na Lei n.º 13.415/2017, transcorre alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implementando as mudanças para o Novo Ensino Médio, ampliando sua carga horária mínima anual, de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas, sendo que os sistemas de ensino, no prazo máximo de cinco anos, devem oferecer pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. O Novo Ensino Médio ganhou ainda mais notoriedade com mudanças impostas em 2017, na organização curricular em duas partes, uma comum para todos os estudantes e outra parte flexível (Corrêa; Ferri; Garcia, 2022). A lei n.º 14.640 estabelece que o estudante permaneça na escola com atividades escolares por tempo igual ou superior de 7 horas diárias, ou 35 horas semanais em dois turnos.

Somando a isso, cabe destacar o currículo do ensino médio composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

O Novo Ensino Médio foi reorganizado pela Resolução MEC 3/2018, que definiu que a “formação geral básica pode ser contemplada em parte dos anos do curso do ensino médio, com exceção dos estudos de língua portuguesa e da matemática que devem ser incluídos em todos os anos escolares” (Brasil, 2018).

A Geografia, no conjunto de disciplinas que compõem a área de ciências humanas e sociais aplicadas, tem passado por alteração na carga horária e oferta nesta etapa.

Observando o referido contexto no estado do Mato Grosso do Sul, cabe destacar que faz forte adesão ao movimento “Todos Pela Educação”, e sai em vanguarda neste processo através da Lei n.º 4.973, de 29 de dezembro de 2016, mesmo antes da regulamentação Federal

e dispositivos legais para financiamento que só aconteceu em 16 de fevereiro de 2017. Assim, estabeleceu a criação da proposta para a Educação Básica de tempo integral, contemplando o ensino fundamental II e principalmente o ensino médio, na filosofia pedagógica denominada “Escola da Autoria”.

De acordo com Martins (2013) a forte atuação do movimento “Todos Pela Educação”, formado por grupos empresariais, tem princípios de uma educação de qualidade, preceitos constitucionais e resgate das bandeiras de lutas políticas da década de 1980.

O grupo empresarial de acordo com Villela (2006) se baseia em duas premissas, primeira um país será independente se houver um ensino público de qualidade, e a segunda o ensino se tornará melhor no instante que os pais, educadores, líderes comunitários, conselhos tutelares e promotores públicos valorizar e cobrar uma educação pública de qualidade.

No entanto, cabe destacar que esse movimento traz uma proposta de reformulação da educação pública por empresários para atender o mercado mundial, como alertado por Freitas (2014). Nesse sentido, “Todos Pela Educação” é avaliado como:

[...] novos mecanismos de pressão atuando na direção da internacionalização da política educacional, dentre os quais se destacam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as ramificações nacionais expressas por organizações locais dirigidas e financiadas por empresários, como o Movimento Todos pela Educação no Brasil. (Freitas, 2014, p. 1106)

Neste íterim, a gestão estadual do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no contexto estudado, estabeleceu parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE de Pernambuco, que elaborou e prestou acompanhamento ao Projeto Pedagógico e o modelo de Gestão do novo programa para o Ensino Médio.

Dessa forma, no ano de 2016, instituições escolares na cidade de Campo Grande foram se tornando de tempo integral, porém, sem o título de “Escola da Autoria”, apenas os estudantes do ensino fundamental permaneciam o dia inteiro na escola, já estudantes do ensino médio após o almoço retornavam para suas residências. No ano de 2017, o ensino médio ainda não se torna integral, com preservação da matriz curricular de anos anteriores, e o componente curricular geografia, foco desse estudo, possuía carga horária de duas aulas semanais.

Ressalta-se que a implantação do projeto-piloto englobou o quantitativo de 12 escolas no ano de 2017, transcorrendo na capital, municípios de médio porte e algumas pequenas municipalidades, gradativamente expandido para todo território estadual, sendo que no município de Aquidauana foi implantado no ano de 2019.

No período compreendido de 2019 a 2023, o programa de educação integral expandiu sua oferta no contexto estadual. No município de Aquidauana, transcorreu a implantação da modalidade de ensino, em seis escolas estaduais já contempladas com ensino médio, inseridas em áreas urbanas e duas escolas indígenas no meio rural.

Vale ressaltar que no ano de 2024, o estado de Mato Grosso do Sul alcançou 100% dos municípios com o programa escola da autoria, correspondendo ao destacado por Freitas (2014), que as organizações empresariais atuam com maior força nos órgãos nacionais e regionais de políticas educacionais articulando suas propostas, somado ainda ao apoio de inúmeras empresas educacionais de consultoria, ONGs, instituições privadas e a mídia.

Neste contexto, torna plausível refletir sobre a adesão a implantação da modalidade de ensino nas instituições escolares do município de Aquidauana, sobretudo considerando o alto índice de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes locais e a perspectiva da abordagem cognitiva e socioemocional e competências apregoadas na abordagem filosófica e ideológica da referida política pública.

Considerando que o município tem economia pautada na pecuária, comércio, serviços e turismo, alguns fragmentos da sociedade local, bem como profissionais da educação, vislumbraram um ideário de reconfiguração de oportunidades para a juventude. Contudo, cabe enfatizar também que houve resistência de alguns atores sociais, resultando até em elaboração de documentos reivindicatórios.

Dessa forma, este estudo analisa o processo de implantação da escola da autoria e o Novo Ensino Médio, no município de Aquidauana-MS, no período de 2019 a 2023. Os procedimentos metodológicos adotados foram de cunho qualitativo, dessa forma, análise bibliográfica e documental no intuito de abordar a temática, abrangendo 6 unidades escolares da rede estadual de ensino com adesão ao programa “Escola da Autoria”. Foram consultados referenciais teóricos, documentos oficiais, instrumentos normativos e aplicação de questionário dinâmico para professores de geografia, coordenadores e gestores escolares, sujeitos diretamente envolvidos no processo.

O estudo foi dividido em sete partes. A parte inicial do estudo enfatiza a temática, educação brasileira e a sul-mato-grossense e suas transformações ao longo do ano, principalmente o impacto das políticas educacionais nas unidades escolares da REE no município de Aquidauana, em especial a Escola da Autoria e o Novo Ensino Médio. Versa nas partes da introdução e justificativa questionamentos, reflexões e ideias sobre o processo de implantação das políticas públicas, e traz no estudo o tema da pesquisa, relevância e os objetivos da realização da pesquisa com o intuito de alcançar elucidações. O terceiro capítulo elucida

recortes teóricos e bases conceituais sobre a educação de tempo integral e a etapa ensino médio na esfera nacional e estadual, trilha mudanças educacionais nos Planos Nacionais de Educação (PNE), Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Estadual de Educação (PEE), com o objetivo de esclarecer a trajetória das políticas públicas, contextualizar e compreender “a nova modalidade de ensino” nas escalas regional e local.

No quarto capítulo, é detalhada a caracterização da área de aplicação da pesquisa, município de Aquidauana, retratando as especificidades das seis escolas públicas analisadas, apontando fatos históricos, taxas de matrículas, reprovação, aprovação, abandono, IDEB e localização. O quinto capítulo demonstra a implantação da escola da autoria e o novo ensino médio no estado de MS, aborda reflexões e perspectivas sobre o impacto das políticas públicas educacionais no município de Aquidauana, principalmente nas escolas da REE, em especial no componente, Geografia no ensino médio. Neste contexto, o capítulo relata a elaboração e acompanhamento das políticas educacionais pela gestão estadual em parceria com entidades empresariais, e o interesse da Secretaria de Estado de Educação (SED) na implementação de um referencial curricular baseado no ideário da BNCC, compreendido pela Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo. Na perspectiva reflexiva, que o aparelho ideológico do Estado visa à formação humana integral, com cidadãos preparados para integrar a sociedade globalizada.

O sexto capítulo infere sobre a organização do trabalho pedagógico na instituição escolar de autoria no estado de Mato Grosso do Sul e reflexos no componente curricular geografia, dedica-se a contextualizar as reconfigurações do trabalho escolar bem como as modificações de infraestrutura implementadas nas instituições de ensino visando a implementação e o desenvolvimento da modalidade “Ensino Integral”. Nesta perspectiva, as medidas adotadas pela SED juntamente com as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) na promoção de formações continuadas aos setores da escola. E quanto ao currículo de referência da REE, a análise do documento e a ementa do componente geografia, que evidencia os eixos temáticos e os objetos de conhecimento, trazem reflexão quanto à carga horária do componente curricular no ensino médio.

O sétimo capítulo apresenta os relatos de experiência dos professores e gestores das unidades escolares pesquisadas, evidencia a realidade dos atores sociais da educação básica - ensino médio. Tenciona reflexões enfocadas nos impactos das políticas educacionais nas escolas do município de Aquidauana, apontando as mudanças organizacionais dos setores das escolas e a trajetória do docente do componente geografia no novo ensino médio. Para

contextualizar os relatos foram desenvolvidos quadros e tabelas com o objetivo de elucidar as discussões emanadas dos profissionais ao pesquisador. Neste caso, relataram sobre os impactos das políticas públicas no ensino-aprendizagem, oferta de materiais/recursos pedagógicos e do apoio técnico e pedagógico da SED.

O estudo traz reflexões importantes quanto à implantação de políticas públicas educacionais e os interesses ocultos de grupos na educação brasileira e, no contexto do município de Aquidauana, promovendo debates quanto a necessária infraestrutura física e humana. Amplia discussões para aumento da carga horária do componente curricular geografia com o formato do novo ensino médio, comprovando evidências que o conhecimento geográfico tem ficado comprometido, não contemplando todo referencial teórico proposto, a formação cidadã e o acesso ao ensino superior.

2 TEMA DA PESQUISA

As reformas educacionais brasileiras em curso, trouxeram mudanças que repercutiram na educação básica sul-mato-grossense. O programa Escola de Tempo Integral, parceria do Ministério da Educação (MEC) com os estados e municípios, fomenta a abertura de matrículas nesta modalidade, com um orçamento na ordem de quatro bilhões de reais aos entes federativos (Brasil, 2023).

No estado de Mato Grosso do Sul a configuração “Escola da Autoria”, na etapa ensino médio, tem passado por profundas mudanças na organização curricular intitulada Formação Geral Básica e Itinerários Formativos, e na carga horária mínima, sendo que os estudantes em três anos devem cumprir 4.500 horas.

A classe docente, neste cenário, circundado de transformações e flexibilização curriculares, exigências metodológicas, poucos recursos pedagógicos e ineficácia de formação continuada adequada, vêm vivenciando mais uma reforma educacional permeada pela ausência da atenção básica da gestão às condições de trabalho.

2.1 TEMA

O presente estudo tem como tema a educação em tempo integral sul-mato-grossense denominada “escola da autoria”, com foco no projeto novo ensino médio no município de Aquidauana-MS, e busca compreender os desafios das práticas pedagógicas em geografia nas instituições escolares que aderiram esta política educacional. Logo, os espaços investigados foram as escolas estaduais da autoria, educação em tempo integral.

2.2 RELEVÂNCIA

Esta pesquisa configura-se imprescindível para a análise das políticas públicas educacionais, escola de tempo integral e ensino médio, em virtude de indagações quanto ao programa “Escola da Autoria” e o movimento nacional quanto ao ajuste, suspensão ou cancelamento do “Novo Ensino Médio”, principalmente, os desafios das práticas pedagógicas dos docentes de geografia nas instituições no município de Aquidauana.

Portanto, o estudo tem relevância social e científica, vem aprofundar a análise quanto a eficácia das políticas educacionais em escolas públicas de Aquidauana e o impacto na disciplina geografia, na etapa ensino médio, com as alterações curriculares implementadas.

2.3 JUSTIFICATIVA

As propostas de educação integral não são novas no cenário histórico da educação brasileira. Porém, cabe enfatizar que sobretudo a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) há um destaque para estabelecer novas perspectivas para as políticas públicas, estabelecendo meta de atingir no mínimo o quantitativo de 25% das matrículas em tempo integral, conforme a meta 6 do PNE.

No enfrentamento deste desafio “escola em tempo integral” o governo federal lança no ano de 2007, vigorando até o ano de 2016 o Programa “Mais Educação” congregando a participação dos municípios, no ensino fundamental. Neste contexto, o programa teve o objetivo de ampliar a jornada escolar e promover atividades extracurriculares aos estudantes e priorizou escolas com baixo índice de desenvolvimento da educação (Brasil, 2007). Causou reflexões no currículo de referência que serve como base para novas propostas pedagógicas.

O Currículo de Referência do estado de Mato Grosso do Sul – Etapa do Ensino Médio – detalha as competências, habilidades, itinerários formativos e unidades curriculares da área da geografia, reforçando o uso da metodologia ativa na educação. O documento guia ou orientador foi criado pela Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Mato Grosso do Sul, 2017), como parte do processo de implementação das novas regras sobre a estrutura do ensino médio, tanto na carga horária quanto organização curricular mais flexível, inclusive no componente curricular geografia.

Neste cenário a reflexão sobre a prática dos docentes de geografia e a implantação das políticas públicas no município de Aquidauana se faz necessário, uma vez que configura localmente uma economia voltada a pecuária, comércio, serviços e turismo; elementos que precisam ser considerados, pensando no desenvolvimento e implementação dos programas educacionais para a formação dos estudantes, já que vislumbra com a política governamental o intuito de formar profissionais capacitados para atuar no nicho local, como também regional e nacional.

Segundo Oliveira (2019) o programa “Mais Educação” criado em 2007 e implementado em 2010, teve a proposta da educação integral com foco na formação do ser humano de maneira integral, associado ao ensino instrumental. Ao mesmo tempo, traz em seu bojo, a conciliação da implementação das concepções e disseminação de reformas neoliberais na educação brasileira, marcado pelas aspirações da burguesia nacional e do capital.

“O PME, apesar das críticas, fez com que as unidades participantes vivenciassem experiências que romperam com um modelo anterior da escola, foram tentativas e

esforços para ofertar uma educação integral por meio do tempo integral, do qual as classes desfavorecidas nunca tiveram acesso [...] A substituição do PME, sem a escuta e a avaliação daqueles que vivenciara, mostra os horizontes que as políticas públicas em educação, na atual conjuntura política, vislumbram: uma educação não democrática.” (Oliveira, 2019, p. 114)

Assim, é possível ressaltar que desde o ano de 2012, as escolas estaduais de muitos municípios brasileiros e particularmente sul-mato-grossense implantaram o Programa Mais Educação, somado às perspectivas de atender as propostas e metas do Governo Federal.

A partir do ano de 2016 também aderem o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) que disponibilizava apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico e flexível. O ProEMI foi criado em 2009 através da Portaria n.º 971, com a intenção de debater o ensino médio na ordem curricular para atender as exigências da sociedade contemporânea.

O documento base do ProEMI estabelece ambientes escolares com foco na leitura e ampliação na visão de mundo, fomenta atividades artísticas e esportivas, como também atividades de comunicação e uso de mídias e cultura digital nas áreas do conhecimento, e promover participação dos estudantes no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No início do ano de 2017, o Núcleo de Tecnologias do município de Aquidauana (NTE-Aquidauana) ofertou uma palestra intitulada “Metodologias Ativas na Aprendizagem” aos gestores escolares e coordenadores pedagógicos aplicando a estratégia adotada pelo governo federal na indução de redesenhar os currículos do ensino médio. Nas escolas estudadas por esta pesquisa o Programa Ensino Médio Inovador não é citado nos projetos políticos pedagógicos, documentos de 2012 a 2022, dados presentes no site portal de sistemas¹ da SED.

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2017, surge um novo modelo e estrutura de educação em tempo integral chamado “Escola da Autoria”, modelo amparado na Portaria MEC n.º 727/2017 (Brasil, 2017) e Lei Estadual n.º 4.973 (Mato Grosso do Sul, 2016), fatos que gradativamente vão sendo incorporados no contexto educacional no município de Aquidauana, consolidando por todas as etapas da educação básica no ano de 2019. O programa de gestão escolar “Escola da Autoria” e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são conceitos importantes do sistema educacional da REE/MS. A “Escola da Autoria” busca fortalecer o

¹O site Portal de Sistemas (www.sistemas.sed.ms.gov.br) fornece dados educacionais da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul, consulta Projetos Políticos Pedagógicos, Regimento Escolar, Área do professor e SAIEMS.

protagonismo estudantil e as competências, já a BNCC norteia os conhecimentos e as habilidades essenciais aos estudantes.

Neste contexto, se destaca as alterações curriculares após a implementação da BNCC, em 2017, que é um documento normativo, mas desencadeou reflexos também no ensino-aprendizagem dos estudantes sul-mato-grossenses, como na construção do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul – Etapa do Ensino Médio, bem como na atuação dos docentes da unidade curricular geografia com pouca mudança na infraestrutura predial e oferta de materiais pedagógicos.

Cabe salientar que a gestão no estado de Mato Grosso do Sul estabeleceu parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE de Pernambuco, que elaborou e prestou acompanhamento ao Projeto Pedagógico e o modelo de Gestão do novo programa para o Ensino Médio. A implantação do projeto-piloto transcorreu na capital e municípios do interior, e foi sendo implantado pelo território estadual, inclusive no município de Aquidauana no ano de 2019.

2.4 HIPÓTESE

Na perspectiva de refletir sobre a abordagem dos eixos norteadores do ensino da geografia no ambiente da Escola da Autoria em Mato Grosso do Sul e no município de Aquidauana: "O sujeito e seu lugar no mundo", "Conexões e escalas", "Mundo do trabalho", "Formas de representação e pensamento espacial" e "Natureza, ambientes e qualidade de vida", esse estudo traz uma análise da materialização da política pública ensino de tempo integral, escola da autoria e o novo ensino médio nas unidades escolares que foram inseridas nestes programas no município em pesquisa. Nesse sentido, configura como hipótese desse estudo: as instituições escolares foram preparadas obtendo infraestrutura e reforma predial, oferta de materiais permanentes e pedagógicos, recursos humanos, formações continuadas especializada para docentes, principalmente do componente curricular geografia na perspectiva de implementar uma política educacional, visando a qualidade do ensino sobretudo do componente curricular geografia.

Indagações foram investigadas e analisadas pelo estudo com o propósito tanto do ensino de geografia para os estudantes como também o ambiente de trabalho para os docentes de geografia no município de Aquidauana.

2.5 OBJETIVO

2.5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de implantação da escola da autoria e o Novo Ensino Médio, no município de Aquidauana-MS, no período de 2019 a 2023.

2.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a organização do trabalho pedagógico de cada setor na instituição escolar direcionada à implementação de políticas de ensino em tempo integral, tendo como campo empírico as escolas estaduais da autoria no município de Aquidauana.

Averiguar o processo de formação continuada ofertada pela SED realizada pelos gestores e professores para o componente curricular geografia.

Identificar as práticas pedagógicas implementadas na unidade curricular geografia, ensino médio, nas escolas estaduais de autoria de Aquidauana.

2.6 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E MÉTODO DE ANÁLISE

O estudo traz uma apreciação de análise hermenêutico-dialética, sob o prisma de preservar a possibilidade de interpretação dos sentidos que os sujeitos elaboram em seus discursos, combinado à compreensão desse à luz das contradições que lhes constituem, e ao contexto social e histórico, como destacado por Allard (1997, p. 50-51) “O círculo hermenêutico-dialético é um processo de construção e de interpretação hermenêutica de um determinado grupo (...) através de um vaivém constante entre as interpretações e re-interpretações sucessivas (dialética) dos indivíduos.”

O estudo tem uma perspectiva de abordagem qualitativa. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde questões de fórum particular e focaliza em realidades que não se pode quantificar e atua com um universo de múltiplos motivos, valores, crenças e atitudes. Assim, a pesquisa qualitativa busca explicações das relações sociais, sem a preocupação de quantificar os fenômenos e sim de aprofundar os estudos, considerando formular e reformular teorias e conhecimentos com os dados levantados na pesquisa. A mesma autora destaca que isso reforça que, no tratamento dos dados, ocorra a teorização e a produção de confrontos e comparações entre abordagens teóricas anteriores ao estudo, com isso surgirá a contribuição.

Para alcançar os objetivos, envolveu-se o universo de quatro docentes de geografia, um coordenador pedagógico e três de gestão escolar, pertencentes ao quadro funcional das escolas da autoria da REE/MS de Aquidauana, sujeitos diretamente envolvidos no processo. Foi percorrida também neste estudo pesquisa bibliográfica e documental no intuito de abordar a temática a ser averiguada, abrangendo consulta em referenciais teóricos, consulta em documentos, instituições, instrumentos normativos que abordam as diretrizes concernentes ao estudo.

Na perspectiva de obter resultados consistentes foram usados também a pesquisa documental, consultando documentos oficiais, regimentos do programa “Escola da Autoria”, leis versando sobre o Novo Ensino Médio que diante da análise realizada nesses, foi possível construir uma base de elaboração das perguntas norteadoras do questionário dinâmico.

Congregou como fonte de pesquisa documental os Projetos-Políticos-Pedagógicos (PPP) das escolas da autoria no município de Aquidauana, disponíveis no site do Portal de Sistemas da SED/MS. Neste sentido, elucidou os objetivos e a implantação do programa escola da autoria no município de Aquidauana, a organização escolar e a estruturação curricular do ensino médio em tempo integral. Esses documentos foram essenciais para a estruturação dos capítulos sobre a implantação do programa analisado na pesquisa, bem como o novo ensino médio em Aquidauana, além da organização do trabalho pedagógico na instituição escolar da autoria.

A técnica utilizada foi questionários dinâmicos, de forma online, desenvolvido no Google forms, usados como artifício para coleta dos dados, como período de atuação dos docentes de geografia e gestores escolares, reuniões escolares sobre implantação das políticas públicas escola da autoria e novo ensino médio, impactos provocados no ensino-aprendizagem da escola, análise da infraestrutura das escolas, oferta de materiais pedagógicos após a implantação das políticas educacionais, formações continuadas e influências da escola de tempo integral e o novo formato do ensino médio para a disciplina de geografia em Aquidauana. Com os dados coletados, foi elaborada uma produção textual, associada a quadros e tabelas, para consolidar a sistematização da informação.

3 RECORTES TEÓRICOS E BASES CONCEITUAIS

As políticas educacionais do âmbito global ao local se constituíram em um campo de lutas, convergindo para ações perenes e efêmeras. Particularmente no contexto brasileiro, desde sua gênese, tem ocupado o escopo de pesquisas e reflexões.

Nesse sentido, observa-se que muitas iniciativas são idealizadas pela gestão pública, originando programas educacionais, políticas públicas intencional ou objetivas visando proporcionar melhorias para a educação.

Assim torna-se uma temática recorrente, necessária, prenhe de contradições e desafios em conexão com a dinâmica socioespacial, sobretudo elementos socioeconômicos, políticos e culturais, tornando imperativo estudar o processo de desenvolvimento e implementação.

Referindo ao contexto da educação em tempo integral, a literatura versa que o primeiro projeto nesse âmbito no Brasil foi desenvolvido por Anísio Teixeira, em 1950, em Salvador, movimento denominado “Escola Nova” que defendia uma escola moderna focada em atividades práticas e que colocava o aluno no centro do processo educacional. Segundo Fialho e Oliveira (2022) Anísio foi um educador além do seu tempo, trouxe debates importantes sobre a sociedade moderna e defendia:

a cultura e a cultura nacional; a burocracia estatal e a estrutura e gestão dos serviços públicos; a liberdade e a autonomia tanto na perspectiva individual – das pessoas – como das unidades escolares; a implantação de um SNE; a proposição de uma lei de bases e diretrizes para a educação brasileira; entre outras (Fialho e Oliveira 2022, p. 15).

Assim a educação brasileira trilha mudanças, incorporando uma roupagem em sua estrutura básica para acompanhar o contexto histórico do país. O crescimento da indústria e da vida urbana contribuíram para o modelo educacional de Anísio Teixeira, pois a educação não poderia ser especializada tão somente no preparo de intelectuais, devendo também formar trabalhadores (Teixeira, 1994).

É destacado por muitos estudiosos que na década de 1970, o Brasil tinha um olhar entusiasmado para a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de tecnologias educacionais – como rádio e televisão.

Os propósitos da escola nova, movimento que se iniciou durante a década de 1930, encharcou a retórica de muitos pensadores da educação nacional, resultando em muitos instrumentos legais que trazem incursões nas políticas educacionais com repercussões no passado, no presente e futuro, podendo ser elencados os Planos Nacionais de Educação, Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) dentre outros. Para Azevedo (1976) o reportado movimento tinha o propósito de renovar o modo de pensar dos educadores e suas práticas pedagógicas. E Saviani (2008) explicita essa mudança enfatizando que:

Compreende-se, então, que essa maneira [da Escola Nova] de entender a educação, por referência à pedagogia tradicional, tenha deslocado o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos e processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretividade; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência e na lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma vertente pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (Saviani, 2008, p. 8).

Araújo e Araújo (2018) afirma que há uma utopia neste movimento da Educação Nova ou Escola Nova, um ‘modo diferente de ser’ do educativo do mundo existente. A Escola Nova surge contra a “pedagogia da Escola Tradicional no que ela preserva e conserva dessa realidade que está distorcida e que a ciência emergente (a psicologia) não legitima”. (Araújo & Araújo, 2018, p. 25).

Já para Hannah Arendt (2000) a educação nova:

Em primeiro lugar, permitiu que essa mistura de modernas teorias educativas provenientes da Europa Central, e que consiste numa espantosa salgalhada de coisas com sentido e sem sentido, revolucionasse todo o sistema de educação sob a bandeira do progresso... O facto mais significativo é que, em virtude de certas teorias, boas ou más, todas as regras da saudável razão humana foram postas de parte (Arendt, p. 27-28).

Cabe destacar que a escola nova, pensamento progressista, se desenvolve na segunda metade do século XIX com o intuito de consolidar um novo paradigma educacional. Segundo Nóvoa (1995) a instrução, método pedagógico usado para transmitir conhecimento ou formação de habilidades, é necessária para o desenvolvimento de novas gerações, “homem novo”, que serão “capazes de responderem aos novos desafios, cada vez mais crescentes, colocados pelas duas primeiras revoluções industriais, a tarefa de educar torna-se ainda mais premente... tida mesmo como a melhor” (Nóvoa, 1995, p. 26).

Conforme Jean Houssaye (2014) a principal ideia do movimento progressista, da Educação Nova, é desenvolver uma criança ativa, uma ideologia já muito antiga, associada a uma pedagogia que coloca a criança no centro da educação escolar.

Associado a isso, observa que a educação brasileira, atores sociais direta ou indiretamente envolvidos no processo, tem gradativamente defendido a implementação do uso de metodologias ativas nas unidades escolares, alegando necessidade de mudanças em virtude

do novo estudante. Enfatiza que os docentes e os alunos estão vivendo o mundo da revolução técnica 4.0, inteligência artificial e propagação da cultura digital. No entanto, tais ideários vem internalizado de políticas neoliberais no contexto global e fundamentos ideológicos de educação do contexto internacional que galga parâmetros de desenvolvimento socioeconômico ou vivência plena do capitalismo financeiro, informacional muito longe da realidade materializada no contexto nacional principalmente sob a égide de governos ultraliberais.

Historicamente, esse processo de tempo integral ocorreu de várias maneiras como a perspectiva que a educação transformasse a sociedade, “na medida em que reunisse o trabalho intelectual com o manual, a educação científica com a industrial, harmonizando os aspectos físico, moral e intelectual da formação” (Cavaliere, 2009, p. 41).

Neste sentido, é difundido amplamente para as escolas integrar os processos tecnológicos à cultura digital, sendo de extrema relevância, para dinamizar o ensino, principalmente nas escolas da autoria, porém esbarram na infraestrutura inadequada e na falta de recursos tecnológicos ofertadas nas escolas públicas de tempo integral. As escolas da autoria estudadas possuem salas de tecnologias, porém com computadores insuficientes e obsoletos, internet lenta, ausência de laboratório de ciências com a finalidade de promover experiências, tornar o teórico em prática.

Contudo, é inegável a importância dos recursos e

a internet e as novas tecnologias estão trazendo novos desafios pedagógicos para as universidades e escolas. Os professores, em qualquer curso presencial, precisam aprender a gerenciar vários espaços e a integrá-los de forma aberta, equilibrada e inovadora. O primeiro espaço é o de uma nova sala de aula equipada e com atividades diferentes, que se integra com a ida ao laboratório conectado em rede para desenvolver atividades de pesquisa e de domínio técnico-pedagógico. Estas atividades se ampliam a distância, nos ambientes virtuais de aprendizagem conectados à internet e se complementam com espaços e tempos de experimentação, de conhecimento da realidade, de inserção em ambientes profissionais e informais (Moran, 2008, p. 8).

A educação brasileira, neste contexto de recursos financeiros, tem duas tendências, uma “escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças” (Libâneo, 2012, p. 16).

No aspecto, assistencialismo, a escola de tempo integral pode ser compreendida como um alívio à pobreza e anestesiar problemas sociais. “Um discurso que atribui a escola a missão social de prevenção da criminalidade juvenil, não pelo ensino de conteúdos e habilidades, mas

como um espaço de permanência para proteger os jovens do caminho da criminalidade” (Patto, 2007, p. 265).

Segundo Vilas Boas e Abbiati (2020) o planejamento de políticas públicas de educação em tempo integral vem ocorrendo no território brasileiro, e o Plano Nacional de Educação (PNE) é a base dessa política, aprovado para o decênio 2014-2024, que previu, em sua meta 6 oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas. (Brasil, 2014)

Para Maurício (2004) a educação integral traz duas discussões importantes:

a integração da escola à comunidade e o reconhecimento de que existe uma cultura local que é condição para o desenvolvimento do processo de educação. Assim, para a aproximação entre as duas concepções de função de escola delineadas neste trabalho – a de local de convivência e a de utilidade econômico-social – faz-se necessário desenvolver a interação entre escola e comunidade, instâncias de participação e decisão dos pais, e todos os espaços cotidianos que favoreçam a inclusão da expectativa dos pais no projeto pedagógico da escola (Maurício, 2004, p. 55).

Nesta perspectiva, Cavaliere (2002) afirma que:

a escola batizando a configuração intencional de seu ambiente em experiências individualmente e socialmente relevantes, e evitando pré-conceitos e cristalizações que lhe retirariam a capacidade de promover processos significativos de reconstrução da experiência. Uma das bases da concepção de educação integral é, justamente, esta predisposição de receber os educandos como indivíduos multidimensionais (Cavaliere, 2002, p. 262).

É oportuno enfatizar que a mudança na organização da jornada escolar na educação básica brasileira com aprovação no PNE - 2001 a 2010 - através da Lei nº 10.172 tinha metas de ampliar progressivamente a jornada escolar. Para Mendes e Seemann (2017) ressaltam que

organização dos tempos e espaços educativos é indicada a necessidade de promover o apoio pedagógico e desenvolver atividades relacionadas aos esportes e às artes, portanto, em caráter de complementariedade, além de se oferecer no mínimo duas refeições diárias para os estudantes. (Mendes e Seemann, 2017, p. 524)

E Maurício (2014) evidencia que

Desde a LDB, Lei n.º 9.394 (Brasil, 1996), que indicou a adoção do tempo integral para o Ensino Fundamental progressivamente, até a implantação do FUNDEB, Lei n.º 11.494 (Brasil, 2007), que prevê repasse de recursos acrescido de 25% para alunos da rede pública que permanecem sete horas diárias ou mais, o número de matrículas em tempo integral vem crescendo: os anos iniciais do Ensino Fundamental passaram de 4,01%, em 2009, para 8,87%, em 2012, ultrapassando um milhão de matrículas em 2011; os anos finais galgaram de 2,73%, em 2009 para 5,97%, em 2012. (Maurício, 2014, p. 877)

Seguindo a vertente preconizada no âmbito federal contexto da educação pública sul-mato-grossense também incorpora profundas transformações na organização do trabalho, sobretudo com o surgimento das escolas da autoria na REE/MS (Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul).

O Programa de Educação em Tempo Integral denominado “Escola da Autoria” se configura em um formato educacional com finalidade de desenvolver ações voltadas à melhoria do ensino e aprendizagem dos estudantes. No bojo da regulamentação estadual possui a organização curricular, estrutura administrativa e o funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul oferta-se a educação em tempo integral, na etapa do Ensino Fundamental - Escola da Autoria (Mato Grosso do Sul, 2021).

Com forte influência dos programas “Mais Educação” e “ProEMI” o recente programa educacional “Escola da Autoria” surge em Mato Grosso do Sul no ano de 2016, com ampliação do tempo escolar, fortalecimento de práticas educacionais com acolhimento, desenvolvimento de clubes protagonistas e currículo flexível.

Neste processo formativo com as escolas participantes do programa, alguns profissionais da educação lotados nas Coordenadorias Regionais de Educação participaram do processo, como professores formadores, cuja finalidade era formar professores formadores na promoção da expansão da política educacional em todo território sul-mato-grossense.

Com relação ao ensino médio, a última etapa da educação básica, mudanças vêm sendo incorporadas desde os anos de 1996 a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, soma-se a homologação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998 que moldou o ensino em divisão do conhecimento escolar em áreas e ensino-aprendizagem baseada em interdisciplinaridade. Com pensadores da educação, destacando Kuenzer (2001), Frigotto e Ciavatta (2004) e Silva (2016), dentre outros, encontra-se uma análise crítica contundente sobre as políticas direcionadas ao ensino médio, que foram e continuam sendo empreendidas no Brasil sobretudo considerando quatro décadas nos últimos anos. Em 2017 o MEC formulou novas organizações curriculares na perspectiva da sociedade contemporânea (Brasil, 2017). Contudo, muitas reformas recentes vêm imputando significativas transformações legislativas ao Ensino Médio brasileiro sob a retórica de dar novos caminhos para essa etapa educacional.

A implementação do novo ensino médio, no estado de Mato Grosso do Sul, iniciou-se no ano de 2021 com discussões organizadas pela SED, sendo que 122 unidades escolares fizeram parte do programa piloto, deste quantitativo 27 instituições são sediadas na capital ao passo que, o índice de 95 escolas, se encontram em municípios adjacentes e interior. No ano de 2022, a política educacional em curso para o ensino médio foi implantada nas 325 escolas da REE com nova estrutura curricular, alterações na carga horária, formação geral básica e itinerários formativos e para as escolas de tempo parcial e integral, segundo dados do portal eletrônico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS, 2022).

Diante das novas medidas do ensino médio, a geografia encontra-se presente no currículo escolar, porém com carga horária reduzida e arriscado a perder a identidade geográfica. Segundo Martins Junior, Martins, Dias (2022) no Brasil, os documentos oficiais deveriam ter maior participação de agentes do ensino e da aprendizagem na construção dos documentos oficiais, mas há pessoas externas ao ofício docente, sem nenhuma vinculação com o contexto escolar. Os mesmos autores afirmam que, com as mudanças

os/as professores/as de Geografia precisaram buscar caminhos para dar centralidade à Geografia no percurso formativo do Ensino Médio. Terão que operar com dispositivos que possibilitem subverter o que está posto e buscar alternativas para trabalharem com um ensino de Geografia que tenha como base uma formação integral, humana, crítica, reflexiva e, acima de tudo, lutar para que os saberes geográficos assumam protagonismo e relevância na vida dos/as jovens estudantes (Martins Junior, Martins, Dias, 2022, p. 19).

Na Formação Geral Básica do novo ensino médio ocorre a inclusão da parte diversificada com eixos temáticos e componentes curriculares, divididos em: linguagem e suas tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Portuguesa, Língua Inglesa); matemática e suas tecnologias (Matemática); ciências da natureza e suas tecnologias (Biologia, Física, Química); ciências humanas e sociais aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia).

De acordo com Edvirges (2021, p. 90) a modalidade de política educacional, Escola da Autoria é:

política pública de educação em tempo integral em Mato Grosso do Sul, desenvolve um trabalho pedagógico voltado as competências (conceitos e procedimentos) e habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais) para formação do futuro trabalhador, para atender a economia nacional.

Instrumentos normativos como o Plano Nacional da Educação - PNE; Plano Estadual de Educação - PEE/MS, versam sobre a mudança curricular, aquisição de material didático, articulação entre escolas de ensino médio e instituições acadêmicas, oferta da formação continuada aos professores da educação básica. Segundo Ferreira e Neres (2018) o Estado de Mato Grosso do Sul criou uma planilha de armazenamento das informações e dividiu em grupos de trabalhos permanentes, transitórios e observatório estadual com a função de monitorar e acompanhar a execução das metas. A efetivação do sucesso das metas do PEE/MS depende do acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado, Conselho Estadual de Educação e Fórum Estadual de Educação no decorrer da vigência. Para os mesmos autores a sociedade civil deve ter um olhar para educação e exigir do poder público o cumprimento das leis, especialmente nesta crise política que a educação brasileira sinaliza uma série de emergências.

Contudo, cabe destacar que estes aportes legais, PNE e PEE, não especificam a formatação, infraestruturas, recursos, os processos metodológicos para a materialização do processo formativo e operacional pedagógico docente em sala de aula nos contextos *sui generis* do amplo número de instituições escolares existente com suas respectivas singularidades sócio espaciais.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE APLICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo foi concentrado no município de Aquidauana, localizada na região Centro-Oeste do Brasil, especialmente na porção oeste de Mato Grosso do Sul. O município está posicionado no início da planície pantaneira e possui uma área de 17.087,021 km², o quarto na posição dos municípios com maior área territorial do estado. Segundo Brasil (2023) o município oferta escolas de educação básica em quatro esferas como indicado na tabela 1:

TABELA 1: AQUIDAUANA - ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA (2023)

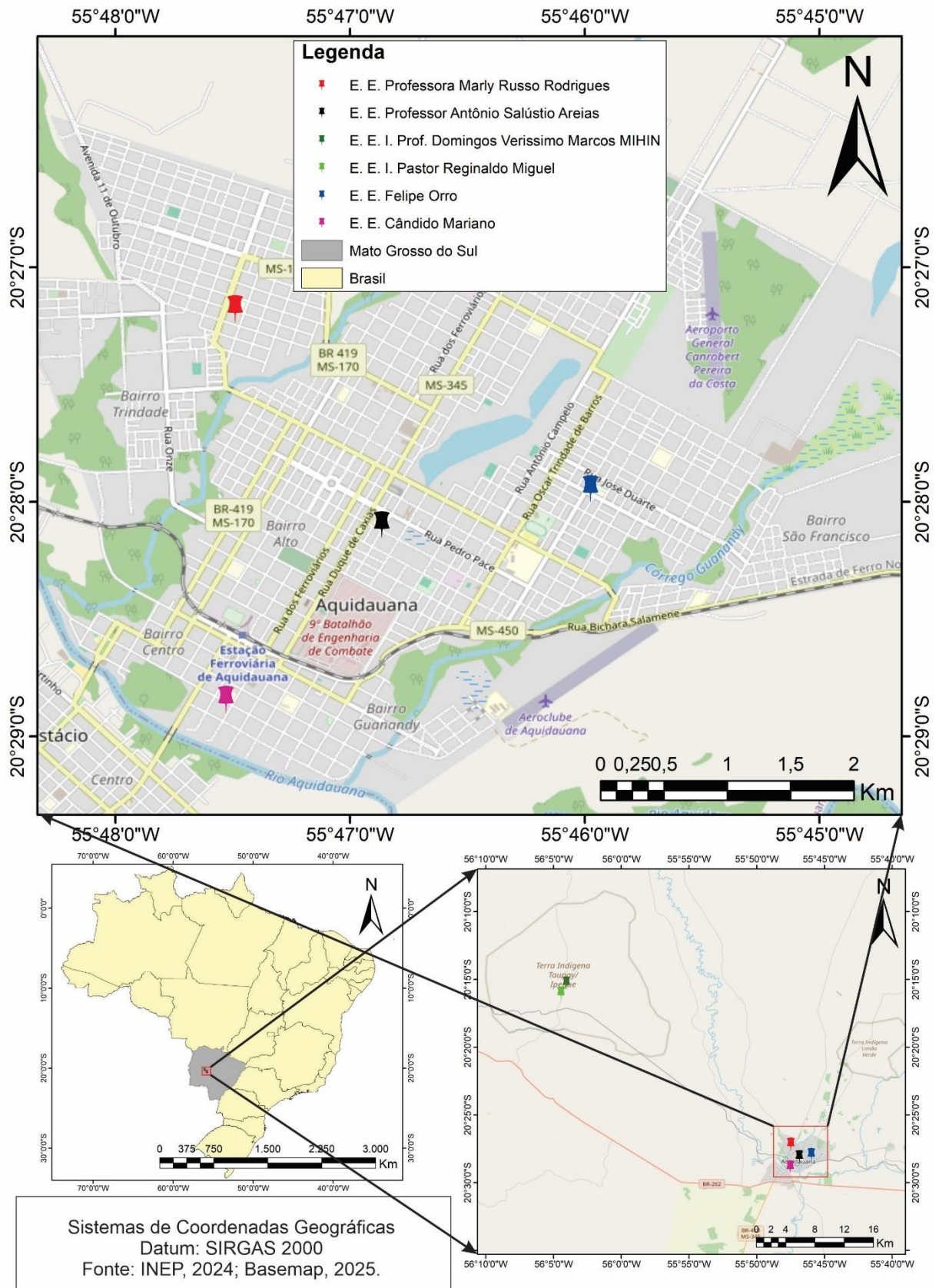
Escolas	Etapas	Quantidade
Municipal	Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Finais	25
Estadual	Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio, EJA	11
Federal	Ensino Médio e EJA	1
Privada	Creche, Pré-escola, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio e EJA	5

FONTE: Brasil (2023).

Segundo o último censo demográfico do IBGE em 2022, o município de Aquidauana, apresenta índice populacional de 46.803 habitantes e densidade demográfica cerca de 2,74 habitantes por quilômetro quadrado. O município dispõe de 47 escolas nas esferas municipal, estadual, federal e privada e ofertando a educação básica da etapa creche ao ensino médio. No que tange a taxa de escolaridade de 6 a 14 anos, consoante o IBGE, o município teve uma taxa de 97, 6% em 2010, com relação ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), de 2021, anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,8 e anos finais de 4,7. No ensino médio, o IDEB, em 2021, foi de 3,5, um aprendizado de 4,26 e um fluxo (aprovação) de 0,81.

Este estudo envolve seis escolas estaduais do município de Aquidauana, sendo quatro escolas urbanas e duas no espaço rural localizadas na aldeia Lagoinha e na aldeia Bananal, ambas no distrito Taunay, o recorte temporal de análise compreende 2019 a 2023. A adesão das escolas ao programa “Escola da Autoria” e “Novo Ensino Médio” ocorreu gradativamente, com indicação realizada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e quanto a implantação, fiscalização e a orientação ocorreram pela Coordenadoria Regional de Educação do município de Aquidauana.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS
(2019 A 2023)



ORGANIZADOR: Molina (2025).

A Escola Estadual Cândido Mariano foi a primeira escola aquidauanense a aderir ao programa estadual de educação em tempo integral no ano de 2019, e no ano de 2021 começou a ofertar o novo ensino médio, possui no histórico sua criação pelo Decreto n.º 670/59 de 15 de agosto de 1959 e localiza-se no bairro Guanandy. Abaixo o quadro 1 enfatiza a base legal para o funcionamento da escola. O projeto político pedagógico (PPP), documento norteador da escola, afirma as finalidades, missão, visão, valores e revela as transformações legais até o regime de educação em tempo integral, legislação vigente para o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

QUADRO 1: EE CÂNDIDO MARIANO – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Decreto n.º 670/59 de 15 de agosto de 1959
Lei n.º 9.394, de 20 dezembro de 1996.
Deliberação CEE/MS n.º 10.814, de 10 de março de 2016.
Resolução/SED n.º 3097 de 29 de setembro de 2016,
Resolução/SED n.º 3.528, 17 DE dezembro de 2018.
Resolução 3.671 de 30 de dezembro de 2019.
Resolução 3.674 de 6 de janeiro de 2020.

FONTE: PPP da escola (2022).

Já a Escola Estadual Felipe Orro, localizada no bairro Santa Terezinha, foi fundada em 1988 e passou a integrar a REE sob o Decreto n.º 5.022, no dia 16 de março de 1989 e foi a segunda escola da REE em Aquidauana a aderir ao programa “Escola da Autoria”, e ofertou pela primeira vez o novo ensino médio no ano de 2021, com uma turma de 1º ano. As transformações da base legal do PPP ocorrem desde a década de 1998, e todo ano há revisão documental para ajustes. O quadro 2 revela leis, resoluções e decretos que demonstram a história da escola até o modelo de educação em tempo integral e o novo ensino médio.

QUADRO 2: EE FELIPE ORRO – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Decreto n.º 5.022, 16/03/1989.
Em 1992, a escola iniciou o atendimento à 5ª série.
No ano de 1998 a escola passou a funcionar em regime de ciclo.
Credenciamento e autorização de funcionamento do Ensino Fundamental a partir de 2000.
Resolução SED n.º 2.216 de 23 de dezembro de 2008.
No dia 12 de novembro de 2012 foi implantado o Programa Mais Educação.
Autorização de funcionamento do Ensino Médio. Resolução SED 3.528, de 17 de dezembro de 2018.
Atualmente, a escola funciona com o regime integral – Escola da Autoria – que atende aos alunos do 6º ao 3º ano do ensino médio.

FONTE: PPP da escola (2022).

A Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues, aderiu ao programa de educação integral, em 2021. Ela localiza-se no bairro Nova Aquidauana e foi criada pelo decreto n.º 5.205, de 23 de agosto de 1989; oferta o ensino fundamental II e iniciou o programa novo ensino médio, em 2021. No projeto político pedagógico da escola dessa escola, a perspectiva do programa é fomentar o ensino centrado no estudante e seu projeto de vida, e traz o histórico e as leis, como demonstrado pelo quadro 3.

QUADRO 3: EE PROFESSORA MARLY RUSSO RODRIGUES – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Ato de criação: Decreto n.º 5205, de 23 de agosto de 1989.
LDB - Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.
Deliberação n.º 10.814, de 10 de março de 2016. Estabelece normas para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.
Resolução n.º 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
Credenciamento: Resolução/SED n.º 3.955, de 15 de dezembro de 2021. Resolução/SED n.º 3.958, de 16 de dezembro de 2021.
Autorização: Ato de Autorização do Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio: Resolução/SED n.º 3.364 de 19/12/2017 prorrogada pela Resolução/SED n.º 4.063 de 21/06/2022.
Resolução/SED n.º 4.113, de 13 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar das etapas do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual.

FONTE: PPP da escola (2022).

A Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel – Hoyenó’o, pertence à área rural do município em estudo, está localizada na aldeia Lagoinha, no distrito Taunay. Foi criada pelo decreto n.º 12.086, de 19 de abril de 2006, e tornou-se “escola da autoria”, no ano de 2022, ofertando o novo ensino médio. O quadro 4 revela o histórico de criação da unidade escolar e as dificuldades que os estudantes encontravam para continuar os estudos, principalmente a etapa ensino médio e, também, as transformações ocorridas desde 2006 até os dias atuais.

QUADRO 4: EEI PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ’O – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996
Antes de 2005, a primeira escola a ofertar ensino médio foi na aldeia do Bananal, na Escola Municipal Indígena Polo General Rondon, que funcionava como uma extensão da Escola Estadual Coronel Jose Alves Ribeiro (CEJAR).

Em 2005, a aldeia Lagoinha consegue implantar a extensão da Escola Estadual Prof ^o Dóris Mendes Trindade com a direção do Jose Ramão Marinho, numa sala reservada na Escola Municipal Indígena (EMI) Polo Marcolino Lili. Neste ano abriu a primeira sala de aula para 25 estudantes do 1º ano E.
Ato de Criação: Decreto n.º 12.086 de 19 de abril de 2006. Diário Oficial n.º 6.712 de 20 de abril de 2006.
Credenciamento e Autorização: Deliberação CEE/MS n.º 8.687 de 23 de abril de 2008. Diário Oficial n.º 7.204 de 30 de abril de 2008.
Autorização de funcionamento: Resolução/SED n.º 2.901 de 17 de novembro de 2014. Diário Oficial n.º 8.801 de 18 novembro de 2014.
Resolução/SED n.º 3.005, 12 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o funcionamento da educação básica nas escolas estaduais que oferecem educação escolar indígena da REE de Mato Grosso do Sul.
Resolução /SED n.º 3.959, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização, a estrutura e o funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que ofertam a educação integral em tempo integral de Ensino Médio.
Credenciamento para Ofertar Educação Profissional: Resolução/SED n.º 3.997 de 3 de fevereiro de 2022.

FONTE: PPP da escola (2022).

A Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias, é localizada no bairro Alto. Foi criada a partir do ato n.º 5 da Prefeitura de Aquidauana em 19 de março de 1952 com o nome de Escola Municipal do Guanandi; e através do decreto n.º 822 de 15 de dezembro de 1976 ficou denominada EE de 1º Grau Professor Antônio Salústio Areias, aderiu ao programa estadual de educação em tempo integral no ano de 2023, passando a ofertar também o programa nacional novo ensino médio. O quadro 5 esclarece o histórico da unidade e as legislações vigentes, sendo uma escola municipal até 1976 e se tornando uma unidade da REE/MS, a partir desta data.

QUADRO 5: EE PROFESSOR ANTÔNIO SALÚSTIO AREIAS – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Criada a partir do ato n.º 5 da Prefeitura de Aquidauana em 19 de março de 1952.
Em 23 de abril de 1956, através do decreto n.º 418, passou a Grupo Escolar do Bairro Guanandi.
Ato de Criação: 46 D.O n.º 17231 de 16 de dezembro de 1976.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
Credenciamento Resolução SED n.º 1685 de 5 de janeiro de 2004.
Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio – Resolução/SED. Ensino Fundamental: Res./SED n.º 3364 de 19 de dezembro de 2017; Ensino Médio: Res./SED n.º 3528 de 17 de dezembro de 2018.
Resolução /SED n.º 3.959, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização, a estrutura e o funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que ofertam a educação integral em tempo integral de Ensino Médio.

FONTE: PPP da escola (2022).

A Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN, é localizada na aldeia Bananal, no Distrito de Taunay, cerca de 55 quilômetros de Aquidauana. A escola foi criada em 2005 através do Decreto n.º 11.863 de 24 de maio de 2005, porém foi escola-extensão da unidade escolar EE Coronel José Alves Ribeiro por seis anos – 1999 a 2004. A adesão ao programa de tempo integral aconteceu no ano de 2023, na etapa ensino médio. O quadro 6 afirma o histórico de criação da unidade escolar, e revela dificuldades de acesso aos estudos pelos estudantes da aldeia.

QUADRO 6: EEI DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR DOMINGOS VERÍSSIMO MARCOS – MIHIN –
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
Foi escola-extensão - Da EE Coronel José Alves Ribeiro - de fevereiro de 1999 a maio de 2005.
Ato de Criação: Decreto n.º 11.863 de 24 de maio de 2005. D. O. n.º 6493 de 25/05/2005.
Credenciamento e Autorização: Resolução/SED n.º 1.909 de 23 de dezembro de 2005. D. O. n.º 6634 de 26/12/2005.
Autorização de Funcionamento: Resolução/SED n.º 3.527 de 14 de dezembro de 2018. D. O. n.º 9808 de 27/12/2018.
Resolução /SED n.º 3.959, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização, a estrutura e o funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que ofertam a educação integral em tempo integral de Ensino Médio.

FONTE: PPP da escola (2022).

As últimas mudanças educacionais, como ampliação da jornada escolar e principalmente alterações no currículo escolar, nas escolas da REE ocorreram nos anos de 2015 a 2018 executadas pela secretaria de educação, cabe destacar que neste período a gestão educacional estadual apresentou participação direta e incisiva no CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) e ativista do Movimento Todos pela Educação corroborando no fortalecimento da implantação da educação integral no estado.

QUADRO 7 - ESCOLA DA AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA (2019 A 2023)

Escola da Aatoria	Zona
Escola Estadual Cândido Mariano	Urbana
Escola Estadual Felipe Orro	Urbana
Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues	Urbana
Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel	Rural
Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias	Urbana
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN	Rural

FONTE: Torres (2023).

De 2019 a 2023, as escolas estaduais do município apresentaram aumento de cerca de 200 matrículas na etapa ensino médio de 1.592 (2019) para 1.734 (2023). Porém, quando ocorre o recorte espacial e temporal de análise das matrículas das escolas estaduais, é perceptivo a redução no número de matrículas no ensino médio das escolas de autoria no meio urbano, no cenário das escolas Cândido Mariano e Marly Russo Rodrigues há uma redução de aproximadamente 50% nas matrículas, já no meio rural é o inverso na escola indígena Pastor Reginaldo Miguel as matrículas aumentaram exponencialmente, cerca de 50% (Brasil, 2023).

A tabela 2 demonstra a evolução das matrículas nas escolas da autoria, segundo o censo escolar², no período de 2019 a 2023. No meio rural a oferta de ensino médio é reduzida, já na área urbana os estudantes encontram maior quantidade de escolas que ofertam ensino médio parcial.

TABELA 2 – MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA AUTORIA (2019 A 2023)

Escolas da Autoria	Período				
	2019	2020	2021	2022	2023
Escola Estadual Cândido Mariano	182	138	125	117	80
Escola Estadual Felipe Orro	-	-	20	45	53
Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues	159	129	141	94	77
Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel	59	48	56	75	146
Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias	-	-	-	-	26
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN	169	175	170	107	75

FONTE: Brasil (2023).

A mesma tabela revela que duas escolas de autoria, localizadas no perímetro urbano, iniciaram a oferta do ensino médio após o período analisado de 2019. A Escola Estadual Felipe Orro iniciou a oferta do ensino médio em 2021, 1º ano, com um quantitativo de 20 alunos, aumentando o número de matrículas conforme foram abrindo o 2º e 3º anos. Já a Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias iniciou a oferta do ensino médio em 2023, com 26 alunos matriculados. Na Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel houve aumento das matrículas de 2022 a 2023, em virtude do curso de agroecologia ofertado pela unidade escolar. E o cenário na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo

²Censo Escolar - é uma pesquisa estatística que coleta informações sobre a educação básica e profissional do Brasil. É realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Marcos – MIHIN é redução da quantidade de estudantes de 2019, com cerca de 169, para 75 estudantes no ano de 2023.

As escolas de autoria têm sofrido com transferências dos alunos, principalmente na etapa ensino médio. Os alunos preferem estudar em escolas da REE que ofertam ensino médio regular, nessas escolas ocorrem aulas que vão das 7 horas até o 12h15, ofertando 6 tempos, revelando que nas escolas de tempo integral a jornada escolar é cansativa e pouco atrativa.

Algumas escolas da REE estão aderindo ao curso profissionalizante, até o ano de 2023 a SED disponibilizava um catálogo com cursos profissionalizantes as escolas, e os gestores escolares escolhiam o curso, após reuniões no âmbito escolar, que atenderá o perfil da comunidade escolar, no intuito de aumentar o número de alunos para as escolas da autoria. A partir de 2024, os cursos profissionalizantes são parte de empresas. A escola não escolhe os cursos, eles os direcionam, e os professores são contratados por empresas e seguem as regras das empresas e não da SED.

TABELA 3 – RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA AUTORIA (2019 A 2023)

Reprovação					
Escolas da Autoria	Período				
	2019	2020	2021	2022	2023
Escola Estadual Cândido Mariano	7%	19%	10%	9%	11%
Escola Estadual Felipe Orro	-	-	32%	22%	0%
Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues	7%	34%	30%	14%	7%
Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel	30%	9%	24%	3%	0%
Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias	-	-	-	-	10%
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN	8,5%	28,4%	33,3%	37,4%	29,6%
Aprovação					
Escola Estadual Cândido Mariano	92%	78%	88%	91%	88%
Escola Estadual Felipe Orro	-	-	68%	78%	96%
Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues	86%	66%	70%	86%	93%
Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel	70%	87%	76%	83%	83%
Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias	-	-	-	-	90%
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN	84,4%	71,6%	66,7%	60,7%	69%

Abandono					
Escola Estadual Cândido Mariano	0,5%	2,1%	0,8%	0%	0%
Escola Estadual Felipe Orro	-	-	0%	0%	4%
Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues	7%	0%	0%	0%	0%
Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel	0%	4%	0%	14%	17%
Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias	-	-	-	-	0%
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN	7,2%	0%	0%	1,9%	1,4%

FONTE: Brasil (2023).

O abandono escolar é um fenômeno recorrente nas escolas brasileiras, onde o aluno para de frequentar as aulas durante o ano letivo, mas volta ao ambiente escolar no ano seguinte. Nas escolas analisadas o índice de abandono pode ser considerado baixo no meio urbano, com índices de 0,0% a 7% no período de 2019 a 2022; já no meio rural a Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel teve índices de 14,3% e 17% de abandono no ensino médio nos últimos dois anos, o mesmo ano que a escola aderiu ao programa Escola da Autoria (Brasil, 2023). A evasão escolar indígena possui altos índices e problemas de infraestrutura e questões culturais e sociais são fatores que contribuem para essa realidade.

A tabela 3 evidencia redução na reprovação, a SED implantou nas escolas da REE medidas para melhorar os índices de rendimento escolar, o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS) e a ação denominada de RAV - Recuperar para Avançar - ação pedagógica que os docentes aplicam para os alunos na escola na última semana de cada bimestre, a intenção é recuperar a nota do aluno com atividades elaboradas pelos docentes. E quanto a aprovação, as escolas de tempo integral possuem altos índices, de 66% a 96% entre 2019 a 2023.

Cabe destacar que o Plano de Recomposição das Aprendizagens, foi implantada pela SED/MS por meio da Resolução n.º 4.026, de 2 de maio de 2022, visando apoiar as escolas estaduais na elaboração de estratégias de ensino com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes por meio do Currículo Referência na educação básica e nos indicadores educacionais da rede estadual.

Tal iniciativa veio no bojo do contexto pandêmico nos anos de 2020 e 2021, que comprometeu significativamente o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo a existência de desigualdades na aprendizagem entre os atores sociais.

Assim o objetivo primordial ancora-se na redução na defasagem do ensino e da aprendizagem dos estudantes ao longo da escolarização, e conseguinte elaborar estratégias de

ensino com foco na recuperação e recomposição das aprendizagens a partir das habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo de Referência.

Desse modo, o PRA veio estabelecer ações de acompanhamento e monitoramento convertendo em diferencial para gestão da sala de aula, uma vez que prioriza a revisão dos planejamentos anuais, considera o diagnóstico pormenorizado de cada turma e de cada estudante na sua singularidade, visando a aceleração da aprendizagem, mitigação das defasagens decorrentes do período pandêmico, foi acrescentado pela SED por meio da resolução/SED n.º 4.161, de 6 de março de 2023.

Apesar de teoricamente o PRA ter suas intenções e objetivos delineados, no contexto pesquisado observa na atmosfera estudantil, a prevalência de falta de interesse, foco, motivação, ineficácia na rotina de estudos, supressão de hábitos e ritmos de estudos, ineficiência na realização de atividades extraclasse, déficit relacionado à concentração, atenção, socialização, desencadeamento dos descomprometimento da interação em grupo que possa resultar em aprendizagem satisfatória, sendo o plano executado com particularidades que resultam em índices estatísticos de aprovação e permanência do aluno no sistema escolar em detrimento de uma aprendizagem consolidada.

5 OLHARES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DA AUTORIA E O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE MS

A política pública, configura-se como um tema complexo, sobretudo quando se refere a educação, uma vez que envolve embates e reflexões inerentes às problemáticas que fazem parte do contexto social, econômico, político, conforme destaca Simões (2011, p. 112) em que:

[...] inicialmente, a compreensão de políticas públicas era simplesmente uma intervenção do Estado em uma situação que a sociedade considerava problemática. Embora toda política pública seja uma intervenção estatal, esse conceito se amplia porque tem que incorporar aquilo que resulta da política pública. Portanto, é sempre o resultado de uma interação muito complexa entre o Estado e sociedade.

Nesse sentido reflexões referentes a política de educação para o ensino médio sobretudo no contexto do município de Aquidauana nas últimas décadas, remete inferências às políticas educacionais contemporâneas, documentos produzidos pelos gestores dos órgãos oficiais nas escalas globais ao local, esfera internacional, nacional, estadual e municipal, bem como legislações que norteiam as políticas de educação no âmbito federal. Como salientado por Silva (2001, p.11) “os fundamentos da educação de uma época devem, portanto, ser buscados nas leis que regulam a existência dos homens daquele tempo; em resumo: no modo como eles produzem as suas vidas”.

Em meio a redução do estado de bem-estar social do contexto global ao nacional, as narrativas que encharcaram o discurso trouxeram inferências a qualidade da educação, repercutindo o tema qualificação do professor. Assim considerado como premissa para redimir a escola pública do seu fracasso a partir dos índices evidenciados pelos dados estatísticos, principalmente relacionados a evasão e repetência.

Assim, no limiar dos anos de 1990, a educação em geral e o ensino médio em particular, passou por diversas implementações de políticas governamentais fruto de eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos ocorrido na Tailândia em 1990, cabendo destacar que foi organizada pela ONU e UNESCO, tendo financiamento do Banco Mundial. Soma-se também a Conferência Educação Para Todos: Conferência de Nova Delhi em 1993, resultando na operacionalização de programas nacionais como o Plano Decenal de Educação Para Todos (Brasil, 1993-2003) e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 1999), explicitando objetivos e metas de políticas educacionais, cuja finalidade foi o estabelecimento de ações para educação visando sobretudo alcançar os países em desenvolvimento. Sendo assim, o foco conjugou a expansão dos serviços escolares com qualidade a todas as crianças, jovens e adultos.

Neste bojo, transcorre a gênese de mudanças do currículo o Parâmetro Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) através do Parecer n.º 15 de 1998 e Resolução n.º 03 de 1998; implementação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), configurando na criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 1998, somam-se também abordagens relacionadas a formação de professores destacando-se o programa “Um Salto para o Futuro” além do financiamento do Ensino Médio através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Estes cenários direcionaram abordagens com enfoque na consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, na preparação básica para o trabalho e a cidadania bem como o aprimoramento do educando como pessoa humana ancorado na formação ética, autonomia intelectual, pensamento crítico e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Assim o direcionamento das políticas para o Ensino Médio nos anos 2000, do contexto nacional, regional e local apontaram na direção da sua função pragmática como a sua histórica dualidade preparação para a universidade e preparação para o trabalho, evoluindo os debates teóricos e políticas públicas para uma concepção unitária articulando eixos relacionados ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura, configurando uma busca de “concepção unitária” de ensino médio. Conforme afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 45):

a integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes.

Neste contexto, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) volta atenção no período, anos 2000, direcionamentos específicos ao ensino médio como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLEM): Resolução/FNDE n.º 38 de 2003, que até o momento esta etapa da educação pública não estava contemplada. Surge o Programa Ensino Médio Inovador (2009) regendo a carga horária mínima do curso em 3.000 horas, observâncias a livros paradidáticos, tendo em vista o incentivo à leitura em todos os campos do saber. Um grande destaque deste momento foi a organização do currículo ancorados nos princípios da contextualização/interdisciplinaridade e fundamentos do ENEM (Brasil, 2009).

Somam-se a isso incursões tratando sobre Sistema Nacional de Avaliação representado no Exame Nacional do Ensino Médio (“novo” ENEM), as Diretrizes Curriculares Nacionais

para o Ensino Médio regulamentada no Parecer CNE/CEB n.º 05, atenção a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Formação continuada de professores sendo que dentre outras intervenções, grande ênfase pode ser ressaltada ao programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Portaria n.º 1.140 de 2013, direcionando formação aos professores e coordenadores pedagógicos que atuavam no ensino médio público frente aos diagnósticos estatísticos de repetência e evasão.

Cabe salientar também o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) que apresentou diversas metas propondo reorganizar a educação nacional. Além disso, ressalta-se a Lei n.º 13.415/2017, Base Nacional Comum Curricular - BNCC, provendo direcionamentos e orientações para a produção dos currículos ao nível nacional e o fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Destaca-se que cada política pública criada, as estratégias de ações implementadas, promoveu a universalização do ensino fundamental, desencadeou avanços e recuos no número de matrículas no ensino médio, contudo vêm associado a demanda por melhor escolarização em razão das exigências do mercado de trabalho.

De acordo com Duarte (2016, p. 32)

Ao analisar debates sobre o ensino médio, percebe-se que seu processo histórico é marcado por desdobramentos do poder público na perspectiva de melhorar as condições em que a referida etapa da educação básica vem se desenvolvendo. Tais desdobramentos surgem a partir de confrontos de ideias, interesses, e geralmente se tornam base para construção de projetos que podem se transformar em políticas públicas educacionais.

A fase monopolista do capitalismo e a configuração do processo produtivo, incutiram exigências para o trabalhador, sendo associado também ao professor. Esses aspectos reverberaram o discurso sobre qualidade da educação, desencadeando ações determinadas pelos organismos internacionais que se desdobram em políticas e planos nacionais de educação, qualificação profissional e qualificação do professor a partir, principalmente, da LDB, PCNs, DCN, PNE, BNCC e as reformas educacionais. Assim visam uma reestruturação produtiva, direcionando o conhecimento, o processo de escolarização, o ambiente de trabalho, as experiências adquiridas no desempenho das funções laborais, configurada numa abordagem técnica e formação geral, principalmente em razão da introdução do computador, internet, tecnologia, informação e comunicação, redução de políticas públicas, privatizações, inteligência artificial depreendendo assim um fato explicado por uma realidade histórica.

A função social da educação e da escola emerge no seio das relações sociais. Assim, ações ocultas e explícitas de órgãos internacionais se desdobram em políticas e planos nacionais

de educação, direcionando os instrumentos legais, as estratégias de ações estaduais e municipais. A operacionalização de programas pelos aparelhos estatais direcionados a educação e particularmente ao ensino médio, intensificadas desde às últimas décadas do século XX, bem como início e transcorrer do século XXI, vêm reproduzindo o padrão de civilidade transformando a educação em um campo minado de idealizações que muitas vezes tem se convertido em políticas partidárias.

Correspondendo contemplar metas preconizadas nas políticas educacionais em escala nacional, principalmente de Ensino em Tempo Integral, o Estado de Mato Grosso do Sul aderiu a diversos programas, implantado na rede estadual de ensino nos diversos níveis, projetos como: Programa Mais Educação (PME), Ensino Médio Inovador (ProEMI) e Ensino Fundamental em Tempo Integral “Escola da Autoria”.

Cabe destacar que a Lei n.º 13.415/2017, imprime alterações na LDB reformando o Ensino Médio no contexto brasileiro. O referido instrumento legal enfatiza teoricamente a extensão do tempo de escolaridade, apregoando ampliação de oportunidades de conhecimento de mundo, promovendo a formação integral do indivíduo.

O ideário focado prioriza o estudante tendo como cerne as dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. Assim, converge para a defesa sobretudo realizado pela gestão, como projeto coletivo de educação, enfatizando que é compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e a comunidade.

No entanto, cabe salientar que os instrumentos normativos, continuam não correspondendo de fato ao enfrentamento dos retrocessos e crises que assolam o sistema educacional brasileiro, sobretudo direcionado ao ensino médio, em todas as esferas da gestão pública. Além disso, os mais recentes, apenas destacam o aumento do número de instituições escolares em tempo integral e prevê o repasse de verbas. Porém, não dispõe sobre as alterações estruturais necessárias para atendimento em tempo integral, infraestrutura física dos prédios, formação de corpo docente, articulação com espaços educativos, dentre outros.

Contudo, a partir da configuração instaurada, a concepção de formação integral advinda da gestão educacional pública sul-mato-grossense passa a ser inserida em programas de ensino fundamental e ensino médio, reforçando com veemência a expressão: em tempo integral. Assim, currículo da REE/MS passa a enfatizar no plano teórico o desenvolvimento da aprendizagem e das competências socioemocionais, com foco no desenvolvimento de dimensões como intelectual, física, afetiva, social e cultural.

Nesse contexto, o programa Educação de Tempo Integral sul-mato-grossense traz em seu bojo o objetivo geral de ampliar a jornada nas unidades da Rede Pública Estadual de Ensino

de forma progressiva. A política pública, denominada “Escola da Autoria” atua nas unidades com o ideário de formação integral e integrada do estudante, nos aspectos cognitivos e socioemocionais. Na perspectiva do aparelho ideológico do Estado visa a formação humana integral, promovendo a formação de uma geração de cidadãos, preparando-os para se integrar na sociedade globalizada, tecnológica e prenhe de contradições.

Nesse sentido, o estado de Mato Grosso do Sul organizou o programa de Ensino Médio em Tempo Integral em 29 de dezembro de 2016, estabelecendo a criação de uma nova proposta para essa etapa da Educação Básica, denominada “Escola da Autoria”, iniciando no ano seguinte como projeto experimental envolvendo o quantitativo de 12 instituições de ensino na capital do estado e municípios de médio e pequeno porte.

A organização curricular, estrutura administrativa e o funcionamento das escolas de tempo integral são pautados na Resolução/SED n.º 3.403 que manteve as disciplinas da base com seu quantitativo de aulas, Resolução/SED n.º 3.674, alterada pela Resolução/SED n.º 3.957 e revogada pela Resolução/SED n.º 4.267, que norteia os gestores no tocante à organização curricular das unidades baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada etapa da educação básica e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para o ensino médio compreende a Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo, com orientação aos docentes contemplar temas transversais, como educação ambiental, saúde, educação fiscal, trabalho, educação no trânsito. E parte dos itinerários formativos é organizado para recomposição das aprendizagens.

No ano de 2019, gestores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas escolhidas para implantação da educação de tempo integral tiveram uma missão árdua de estudarem o novo modelo de educação e implantarem em suas escolas. E a impressão que a SED transmitia era que nem a equipe pedagógica do órgão possuía clareza da nova política educacional. Neste ano a matriz escolar do ensino médio apresentou novas alterações. Filosofia e Sociologia perdem carga horária. Geografia permanece com duas aulas semanais, e a Parte Diversificada é alterada com: projeto de vida, pós-médio, eletiva I, II e III; pesquisa e autoria I (com um tempo em cada ano) e pesquisa e autoria II (com dois tempos em cada ano). Essa matriz faz parte da publicação da Resolução/SED n.º 3.671 publicada no diário oficial n.º 10.061 de 02 de janeiro de 2020.

No ano de 2021 (pós-pandemia) há uma nova alteração na matriz curricular das escolas de tempo integral que entra em vigor no ano de 2022. Esta ficou sob a Resolução/SED n.º 3.957. Nesta nova matriz curricular a Geografia perde aula no ensino médio, passando a ter uma aula semanal. As maiores mudanças adentram no Itinerário Formativo (nomenclatura que surge

nesta nova mudança), tendo ele: projeto de vida, empreendedorismo social, intervenção comunitária, ciências integradas e novas tecnologias, linguagens e interartes e matemática criativa. Além das Unidades Curriculares que eram I, II, III, IV e V.

Depois desta grande mudança, a inserção exacerbada de disciplinas na matriz curricular das escolas de autoria, ocorre nova mudança no ano de 2022. Sob a Resolução/SED n.º 4.115, as escolas de autoria passam a ter nova matriz curricular, publicado no diário oficial n.º 11.014 de 15 de dezembro de 2022, assim a nova matriz se configurou em: disciplinas da base, com geografia em 1 tempo semanal no primeiro e segundo ano e no terceiro ano 2 aulas semanais, e o itinerário formativo dividido em língua espanhola, projeto de vida, intervenção comunitária (agora com duas aulas presenciais e uma aula não presencial) e recomposição da aprendizagem de matemática, linguagem, ciências humanas e ciências da natureza.

No ano de 2023, no estado de Mato Grosso do Sul, as alterações ocorridas em dezembro foram publicadas em janeiro de 2024, sob a Resolução/SED n.º 4.269, onde o itinerário formativo já não contempla as ciências humanas. Assim, este passou a ter a seguinte configuração: recomposição da aprendizagem de língua portuguesa e matemática, língua espanhola, literatura e produção textual, projeto de vida, estudo orientado, UC I, II, III e IV e laboratório de língua estrangeira. Neste ano de 2023, registrou-se 166 unidades escolares oferecendo ensino em tempo integral no Estado, e de acordo com informações da SED a partir do ano de 2024 transcorre o quantitativo de 219 escolas com esta modalidade. Com isso o número de estudantes atendidos passa de 30 mil, com previsão de chegar à marca de 48,7 mil alunos matriculados.

É enfatizado pelo governo estadual que a promoção de políticas públicas na educação sul-mato-grossense está ancorada em análise de indicadores educacionais e escolares, como IDEB, ENEM, índice de aprovação, reprovação, evasão e abandono; e segundo o IBGE os indicadores de desenvolvimento da educação básica pública na etapa ensino médio demonstra um singelo avanço, o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do ano de 2023 revelou que no Brasil, 53,2% de pessoas com 25 anos ou mais concluíram o ensino médio, mantendo a trajetória de crescimento. O Centro-Oeste possui 4% de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, resultado que demonstra maior acesso das novas gerações à educação na região. Já as matrículas do ensino médio 17% no Mato Grosso do Sul eram em escolas integrais, em 2022, e o estado aumentou o percentual de jovens de 19 anos que concluíram a etapa ensino médio, de 44% para 67,5%, e quanto ao índice de desenvolvimento da educação básica, ensino médio, o estado encontra-se na 7ª Posição entre os estados brasileiros, em 2019 (PNAD, 2023).

As escolas da REE/MS que aderiram ao programa educação em tempo integral tiveram seus currículos modificados e adequados a Portaria 1.145 de 10 de outubro de 2016 para atender as normativas a serem implantadas. Observa-se que este interstício de tempo reduzido trouxe implicações na organização curricular, infraestrutura física e adequação necessárias.

A Secretaria Estadual de Educação estabeleceu parceria para elaboração, acompanhamento da proposta pedagógica com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) que é uma entidade formada por um grupo de empresários com a finalidade de “contribuir” objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, por meio da Educação Integral em tempo Integral. De acordo com Dasso Júnior (2014, p. 23) “[...] é o modelo de Estado que define o modelo de Administração Pública. Se não fosse assim, o ‘como’ (forma de gerir) é que definiria o ‘quê’ (modelo de Estado). Há uma relação de interdependência entre a ‘Nova Gestão Pública’ e o Estado ultraliberal. [...]”.

No processo formativo com as escolas participantes da realidade do sistema educacional sul-mato-grossense, alguns profissionais da educação lotados nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) participaram do processo, cuja finalidade foi formar professores formadores na promoção da expansão da política educacional em todo território. Os formadores da CRE participavam de formações continuadas na SED, na cidade de Campo Grande, no setor denominado CFOR (Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação), e com isso, os formadores realizavam orientações pedagógicas as escolas, procedimentos exclusivamente pedagógicos com o intuito de orientar os coordenadores pedagógicos e professores já lotados na unidade na atuação pedagógica, uma “preparação” para nova modalidade de gestão e ensino.

O programa “Escola da Autoria” no estado de Mato Grosso do Sul, é implantado nas escolas que já ofertam o ensino médio por meio de escolhas realizada pela SED, após essa escolha os gestores escolares são comunicados, e inicia-se um processo de esclarecimentos do programa nas escolas para a implantação no ano seguinte. São realizadas reuniões na SED e nas CRE’s, os gestores e coordenadores pedagógicos são orientados por equipes dos órgãos no campo pedagógico e administrativo para atuarem nas escolas, como também realizam formação continuada no AVA Saber da REE/MS, plataforma online da Secretaria de Estado de Educação com cursos online desenvolvidos pela Coordenadoria de Formação Continuada denominados “Diretor escolar e as dimensões da gestão democrática”, “Planejamento e trabalho colaborativo: competências para a equipe gestora”, “Educação com equidade: a importância do diretor escolar” e “O coordenador pedagógico no exercício de sua função”.

Os docentes da REE/MS realizam também cursos de formação continuada online no AVA Saber, desde 2021, além das formações continuadas presenciais. Alguns cursos ofertados: “Formação continuada novas trajetórias para o ensino médio”, “Formação continuada diálogos socioemocionais – turma aprofundamento”, “Formação continuada desenvolvendo práticas inovadoras na escola” e “Formação continuada novas trajetórias para o ensino médio”.

O programa de educação de tempo integral no estado de Mato Grosso do Sul trouxe de fato enormes transformações nos ambientes escolares, e vieram da SED inúmeras orientações para as escolas e as CREs quanto a lotação de professores, principalmente, nos itinerários formativos, e natural que os alunos foram, com o tempo, assimilando e compreendendo o novo formato de escola. As formações continuadas dos docentes foram surgindo ao longo do ano letivo, e muitos encontros virtuais e cursos online auxiliaram gestores escolares, coordenadores pedagógicos e docentes, durante a consolidação do programa.

Há algumas escolas que estão aderindo à formação profissional, onde os discentes precisam ter estágio no último ano. De acordo com diálogos informais, algumas escolas que aderiram ao profissional, estão mantendo também o ensino médio parcial devido à rotatividade dos discentes na etapa. Com o ensino médio parcial e curso profissionalizante o número de matrículas nestas escolas aumentaram. O ensino profissional num primeiro momento teve uma certa resistência entre os docentes, porém, perceberam que a base não foi alterada e sim o itinerário formativo. Assim, as escolas estão aderindo ao curso profissionalizante no intuito de buscar um número maior de alunos para as escolas da autoria.

5.1 A ESCOLA DA AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS

As políticas educacionais - Escola da Autoria e o Novo Ensino Médio - foram implantadas pela SED no município de Aquidauana no ano de 2019, demonstrado na tabela 4. Como isso, o cenário que os docentes do programa EMTI encontraram foram ambientes sem infraestrutura tecnológica e laboratorial adequada e ausência de formação continuada presencial para uso de metodologias ativas, requisitos essenciais para desenvolverem práticas pedagógicas preconizado pelo programa, com foco na melhoria dos índices de aprendizagem dos estudantes.

TABELA 4: IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA NO PERÍODO DE (2019 A 2023)

Ano	Escolas da REE
2019	Escola Estadual Cândido Mariano
2020	Escola Estadual Felipe Orro
2021	Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues
2022	Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel
2023	Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias
2023	Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN

Fonte: Secretaria de Estado de Educação (2023).

A tabela 4 revela as escolas que aderiram ao programa educação em tempo integral, todas com ensino fundamental II e ensino médio. As escolas Felipe Orro e Professor Antônio Salústio Areis ofertavam apenas ensino fundamental I e II, antes de aderirem a nova modalidade. E passaram a ofertarem parte do ensino fundamental I, ensino fundamental II e o ensino médio, após a adesão ao programa, modificando o público alvo.

Na implantação do programa no município de Aquidauana houve mudanças no quadro dos profissionais da escola, surgiram novas funções, como os professores coordenadores de área (linguagens, exatas, ciências humanas e ciências da natureza); e surge também o planejamento coletivo, em 2019, para os docentes juntamente com os coordenadores pedagógicos e de áreas, apenas para a etapa ensino médio, planejar os projetos pedagógicos das unidades curriculares – itinerários formativos.

O processo de organização das instituições de ensino no município de Aquidauana para implantação do ensino de tempo integral ocorreu de maneira desordenada, houve a escolha da Escola Estadual Cândido Mariano. A primeira unidade escolar a ser inserida no programa “Escola da Autoria”, transcorreu no ano de 2019, não contando com infraestrutura adequada para recepcionar a modalidade de ensino proposta, uma vez que, a gestão escolar e o corpo docente encontravam-se num processo de estudo da nova modalidade e, os estudantes nesse cenário de adaptação e reconhecimento da nova política educacional permanecendo na escola por mais de oito horas diárias.

Com esse novo cenário, o ambiente escolar passou a vivenciar desafios visando o cumprimento das ações preconizadas pelo programa, incorporando processos criativos e formação integral aos estudantes, implantação de disciplinas no currículo que promovesse o protagonismo juvenil, por exemplo, projeto de vida e itinerários formativos, porém com

profissionais sem experiência e formação continuada adequada para desenvolver um trabalho que cumprisse protocolos preconizados para as disciplinas.

Nas aulas de geografia, os docentes desenvolvem aulas expositivas com uso do quadro, caneta, exercícios reflexivos, textos impressos pela coordenação pedagógica da escola; e quanto as tecnologias as escolas ofertam multimídias, equipamento denominado computador interativo com lousa digital, porém usado principalmente para projetor de imagens, textos e vídeos, sem interação dos estudantes com o equipamento.

Nesta perspectiva, primeiramente assumir um papel social transformador e inovador para além do que já vinha sendo desenvolvido enquanto função social da escola, e incorporar os princípios apreendidos pela política pública implantada. Assim, conforme as normas que passaram a vigorar, o modelo de escola a partir daquele momento evoluía de “tradicional” baseada na transmissão de informação para uma escola contemporânea dotada de ações pedagógicas na construção do estudante protagonista.

Contudo, cabe destacar que em linhas gerais a comunidade escolar apresentou objeções a este modelo a ser implantado. Houve elaboração de documento com solicitação coletiva enfatizando interesse comum de toda a sociedade, direcionando às autoridades competentes para manifestar apoio às reivindicações apresentadas. Contudo, a gestão escolar foi convidada a participar de reunião na SED, neste encontro foi “sugerido” adesão da instituição a implementação do programa.

Nesse sentido, no decorrer do ano de 2018, ocorreu reunião informando aos pais, responsáveis e estudantes sobre o processo de mudança na modalidade escolar, adesão ao programa “Escola da Autoria”. Aconteceu uma formação versando sobre a nova política educacional aos docentes e demais funcionários da instituição, ajustes organizacionais, reforma no currículo escolar, reestruturação na carga horária dos alunos para incorporar o processo no ano de 2019, originando a primeira escola de autoria no município de Aquidauana.

Neste primeiro ano de funcionamento houve transtornos para a implantação desta política educacional na escola; ambientação dos alunos, a implementação do Novo Ensino Médio, que alterou a estrutura de ensino e a carga horária. A unidade sofreu reformas estruturais, de 2022 a 2023, sendo necessárias as realocações.

FIGURA 2 – REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO MARIANO



FONTE: O Pantaneiro (2022).

Por essa causa, a escola funcionou na UFMS – Campus II de Aquidauana e na antiga escola municipal Nilzalina Pontes Lemos. Dessa forma, a escola funcionando em dois ambientes no município, a equipe pedagógica fragmentada e os alunos obtendo aulas nos espaços fora da unidade causou impactos negativos no ambiente escolar, principalmente quanto a identidade da comunidade, prejudicando diretamente esse processo de adaptação de toda clientela escolar.

FIGURA 3 – REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO MARIANO



FONTE: O Pantaneiro (2023).

A Escola Estadual Felipe Orro, implementou recentemente dois programas educacionais, em 2012 o Programa Mais Educação segundo o PPP da unidade foi uma política

educacional bem recebida pela comunidade, um programa integrado ao Plano Nacional de Educação com objetivo de ampliar a jornada escolar, na perspectiva da educação integral. E no ano de 2020 o Programa Escola da Autoria foi implantado na unidade que atende as turmas do 6º ano EF ao 3º ano do EM, mas o ensino médio só foi implementado em 2021, e para apresentar o novo programa a comunidade a gestão escolar realizou reuniões na unidade escolar, foram apresentados os índices de qualidade da educação da unidade, reconhecendo a necessidade de melhorar a média de 5,2% para 6% em 2023, e reconhece que a implantação do novo ensino médio é um processo complexo que necessita adaptação, planejamento e participação coletiva, conforme o documento oficial projeto político pedagógico. A escola sofre com uma infraestrutura que não atende o formato do programa, a sala de tecnologias possui poucos computadores, internet lenta e falta de laboratórios para realização de aulas dinâmicas.

FIGURA 4: ESCOLA ESTADUAL FELIPE ORRO



FONTE: O Pantaneiro (2024).

A terceira escola pública a aderir ao programa Escola da Autoria foi a Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues, em 2021. A escola oferta o ensino fundamental II e ensino médio. A escola implantou o programa de educação de tempo integral sul-mato-grossense de forma completa em todas as séries no ano de 2023, pois o ano de 2022 a escola ofertava apenas o ensino médio de forma integral. Segundo o PPP da escola, a perspectiva da gestão escolar é formar jovens protagonistas, baseado nos princípios educacionais ser, conhecer, conviver e fazer, como também na pedagogia da presença. A escola possui salas climatizadas e armários individualizados para os estudantes, a sala dos professores contam com computadores, a

unidade possui uma sala de tecnologias equipada com 60 computadores e laboratórios móveis de robótica e ciências, como também uma biblioteca integrada e sala de recursos multifuncionais apoio a inclusão.

FIGURA 5: ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARLY RUSSO RODRIGUES



FONTE: O Pantaneiro (2023).

A gestão escolar para manter uma proximidade com a comunidade escolar e o corpo docente realiza reuniões periódicas, uma maneira de interação com os pais ou responsáveis, e nestes últimos anos foram realizadas reuniões visando comunicar as mudanças ocorridas com a presença de duas políticas públicas, uma estadual e outra de cunho nacional, a avaliação institucional interna da escola, Deliberação CEE/MS n.º 10.972, revelou a boa proximidade da escola com a comunidade, em 2022.

A Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel – Hoyenó'o oferta de forma parcial curso "Normal Médio" realizado no período noturno. E atende alunos no ensino médio de tempo integral, juntamente com um curso de agroecologia. O processo de implantação do programa de educação de tempo integral é considerado democrático pelos atores sociais locais, a direção escolar e o cacique da aldeia Lagoinha aderiram ao programa, em 2022. A unidade recebeu um investimento estadual na ordem de 300 milhões para reforma estrutural, em 2021, a gestão escolar juntamente com a liderança da aldeia Lagoinha receberam o benefício da reforma após inúmeras reivindicações ao governo estadual.

FIGURA 7: ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA PASTOR REGINALDO MIGUEL – HOYENÓ'O



FONTE: Secretaria de Estado de Educação (2021).

Entre 2022 e 2023, houve diálogo entre a SED e escolas aquidauanenses para a adesão ao programa Escola da Autoria, e a Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias tornou-se de tempo integral.

FIGURA 6: ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTÔNIO SALÚSTIO AREIAS



FONTE: Torres (2024).

A escola oferta ensino fundamental I e II e ensino médio em tempo integral. Começou a ofertar o ensino médio recentemente, em virtude, do programa Escola da Autoria implantado em 2023, não recebeu reformas estruturais nos últimos cinco anos da gestão estadual, tem uma

quadra de esportes adequada e salas climatizadas, porém a unidade não possui refeitório dificultando o horário de almoço dos alunos, possui quatro banheiros, mas apenas dois funcionam e com fragilidade estrutural, a sala de tecnologia têm apenas seis computadores funcionando, e tem carência de laboratórios e biblioteca. A gestão escolar e funcionários foram surpreendidos com a adesão ao programa de educação de tempo integral, transcorrendo a adesão no ano de 2023, o que infringiu um sonho da gestão que almejava o formato escola cívico-militar.

No mesmo ano, 2023, houve a adesão da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN a modalidade em tempo integral. A escola é de origem terena, grupo indígena pertencente ao subgrupo Guará, com histórias e lutas, principalmente na manutenção das tradições e da educação, oferta o ensino médio - 1º ano ao 3º ano – nos períodos matutino e noturno, com uma turma multianual (2º ano/3º ano). Os alunos que concluem a última etapa da educação básica, costumam ingressar no ensino superior. A infraestrutura da escola é considerada boa, o prédio foi reformado em 2021, tem internet adquirida através do PDDE Educação Conectada, possui 6 salas de aulas climatizadas, uma secretaria, sala de direção, cinco banheiros, sala de tecnologias estreita, sala de leituras e cozinha com despensa.

FIGURA 7: EEI DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR DOMINGOS VERÍSSIMO MARCOS – MIHIN



FONTE: Direção Escolar (2025)

Contudo, cabe enfatizar que no período de 2019 a 2023, a REE passou a ofertar o ensino de tempo integral em seis escolas de autoria no município de Aquidauana, um aumento de quatro unidades em menos de cinco anos. A difusão inicial do programa nas escolas de Aquidauana foram nos aspectos de ampliação da jornada escolar, aumento da carga horária dos estudantes, uma finalidade compreendida pela comunidade, agora com relação ao aspecto formação integral e integrada dos estudantes, tanto a escola como os pais possuem dúvidas no trabalho pedagógico adequado para atingir essa finalidade, pois há infraestrutura inadequada, falta de formação continuada aos docentes, carência de projetos de música, teatro, modalidades esportivas diferenciadas e recursos financeiros para o desenvolvimento de uma boa alimentação.

No tocante ao abandono e reprovação, a SED implementou a busca ativa, desde o período de pandemia, e as escolas de autoria como de outra modalidade adotam esse mecanismo para amenizar o abandono com ligações telefônicas da gestão escolar ou coordenação pedagógica as famílias dos estudantes como também visitas in loco. Com relação à reprovação a SED implementou nas escolas o “recuperar para avançar” com objetivo de reduzir a evasão escolar e diminuir a reprovação, como também resgatar a aprendizagem em cada bimestre do ano letivo e consequentemente melhorar os índices de desenvolvimento da educação.

TABELA 5 – IDEB DO BRASIL, MATO GROSSO DO SUL E AQUIDAUANA NA ETAPA ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE (2019 A 2023)

IDEB do Ensino Médio (Público)	Período		
	2019	2021	2023
Brasil	3,9	3,9	4,1
Mato Grosso do Sul	4,1	3,7	3,8
Aquidauana	3,7	3,5	3,9

FONTE: Brasil (2023).

Os indicadores de desenvolvimento da educação básica em 2019, ranqueava o município de Aquidauana na posição 36º, ao passo que no ano de 2021 a posição passou para 22º posição, e no último resultado divulgado pelo MEC o município está na posição 26º no contexto do estado de Mato Grosso do Sul, reflexo de melhores resultados de outros municípios no aprendizado e fluxo. A tabela 5 evidencia uma evolução no índice de desenvolvimento da educação básica no ensino médio nas esferas nacional e municipal, o município de Aquidauana tem oscilação no índice de 2019 a 2023, porém há avanços. Já os índices de Mato Grosso do Sul ocorrem o inverso, no ano de 2019 o índice era de 4,1, há um declínio em 2021 para 3,7, e

retorna a evoluir para 3,8, mas abaixo de 2019. O estado de Mato Grosso do Sul tem orientado as escolas a desenvolverem recuperações da aprendizagem todo bimestre, com a intenção de melhora no fluxo e conseqüentemente o aprendizado, e implantou no currículo disciplinas de recomposição da aprendizagem em língua portuguesa e matemática.

Neste cenário de ranking educacional, quanto os índices de desenvolvimento das escolas da autoria na etapa ensino médio, há poucos dados divulgados pelo MEC. Tem resquícios de participação das escolas estudadas, como a Escola Estadual Professora Marly Russo Rodrigues, Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel – Hoyeno’o e a Escola Estadual Cândido Mariano. Segundo Brasil (2023), no período de 2019 a 2023, a Escola Estadual Marly Russo Rodrigues obteve o índice de 4,3 em 2019 e 4,1 em 2023, uma redução de 0,2. A Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel – Hoyeno’o conseguiu o índice de 2,2 no ano de 2021, período que a unidade escolar tinha uma modalidade de ensino médio regular, demonstrando pouca eficácia do modelo de educação em tempo integral e do novo ensino médio. Quanto a Escola Estadual Cândido Mariano, tem tradição na participação no SAEB, mas nesse período analisado a escola possui dados apenas no ano de 2023 com um índice de 4,4, a unidade passou por reformas nesse período, e as aulas ocorrerão em outros órgãos públicos do município.

A SED promove uma intervenção velada nos índices das escolas com o propósito de aperfeiçoar os indicadores educacionais, sabido que o resultado do fluxo escolar, mais precisamente o índice de aprovação escolar. Como também na implantação no currículo de disciplinas como a recuperação de matemática e português, aprendizagem dos estudantes afetada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2.

Os dados do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) evidenciam que as inovações implementadas pela SED no ensino médio, como escola da autoria, projeto de vida, itinerário formativo e recuperar para avançar, não causaram efeitos nos índices de desempenho dos alunos. Outro fato evidente é que o ensino da geografia perdeu espaço no currículo de Mato Grosso do Sul, no ensino médio, e outras disciplinas, como Unidades Curriculares (UCs) do Núcleo Integrador, obtiveram crescimento, porém causando baixo impacto de produtividade na aprendizagem dos alunos.

Ao observar o processo de intenção, implantação e a oferta da escola da autoria, sobretudo relacionado ao ensino médio, na escala federal, regional e local, cabe destacar a necessidade de atenção plena para a imposição prática que transcorre à adaptação do que determina a lei. Considerando a complexidade que envolve a dinâmica da vida social, principalmente no bojo da reforma do ensino médio, a formação e o trabalho docente, é preciso

atentar aos verdadeiros interesses em promover uma educação em tempo integral, a erudição integral e a formação profissional aos estudantes.

Muitos aspectos afetam o ensino médio, a vida de todos os atores sociais diretamente envolvidos no processo, a formação dos professores nos aspectos inicial, continuada e em serviço, o trabalho e a prática docente, a autonomia pedagógica das escolas, além das portas que abrem e fecham aos jovens.

Justificado na prerrogativa de estar abrindo um mundo de possibilidades na vida dos alunos, transforma-se no sustentáculo da ilusão criada e internalizada de um projeto neoliberal, uma vez que a formação profissional teórica e prática, a liberdade de escolha, pertence a um grupo de estrato social opulento. Além disso, soma o acometimento de estresse, cansaço e síndrome de burnout, como também doenças crônicas e agudas pelos profissionais em educação, potencializada em sua magnitude a cada dia.

6 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE AUTORIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E REFLEXOS NO COMPONENTE CURRICULAR GEOGRAFIA

Refletir sobre a organização do trabalho pedagógico da Escola da Autoria no Estado de Mato Grosso do Sul, requer salientar as reconfigurações do trabalho escolar bem como as modificações de infraestrutura implementadas nas instituições de ensino visando a implementação e o desenvolvimento da modalidade “Ensino Integral”.

Cabe enfatizar também que o cotidiano pedagógico de toda instituição educacional se relaciona com o contexto histórico, político, social e econômico nas escalas global e local. Dalben (2009, p. 66) já advertia sobre as forças ocultas impregnadas na estruturação do fazer pedagógico escolar afirmando que

Muito se tem discutido sobre a dimensão educativa específica da organização do trabalho escolar em suas diferentes formas; sabe-se que essas formas são definidoras de práticas que privilegiam determinados tipos de relação pedagógica e que definem o próprio currículo escolar e o projeto pedagógico da escola em si. Ao lado desse debate, encontra-se a necessidade urgente de construir uma escola capaz de abrigar a diversidade da população escolarizável do nosso país, enfrentando o fracasso escolar e o problema do analfabetismo e das desigualdades de acesso aos bens culturais da humanidade.

Nesse sentido cabe destacar uma conjuntura e processo de organização dos tempos, espaços e intercorrências aos sujeitos para atender as demandas de ampliação de jornada em um novo contexto de trabalho, que se desponha a partir da meta de número 6 do PNE (2014/2024) “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica” (Brasil, 2014), fator desencadeador e justificativa para implantação do projeto Ensino Fundamental em Tempo Integral “Escola da Autoria”.

A política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral (EMTI), foi criada pelo MEC no ano de 2016, possuindo recursos financeiros específicos, vindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e de financiamento externo das entidades Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com atenção principal a ampliação da jornada escolar dos alunos e a formação integral.

Para aderir ao programa as secretarias de educação dos estados precisavam assinar um termo de compromisso e desenvolver um plano de implementação de escolas de ensino médio em tempo integral e um plano de marcos de implementação.

A operação dos recursos do programa se concretiza através da transferência de recursos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, sendo o valor condicionado à análise dos planos apresentados pelas respectivas secretarias visando usar a receita para manutenção e o desenvolvimento do ensino nas escolas participantes.

A Lei n.º 13.415/2017 é o instrumento legal que rege as principais alterações do ensino médio, como aumento do tempo mínimo de permanência dos alunos, flexibilização do conteúdo oferecido e introdução de itinerários formativos, e a Resolução FNDE n.º 7/2016 rege todo o sistema. Além do quesito infraestrutura o programa atende o fator humano, aplicados na remuneração e aperfeiçoamento do pessoal e demais profissionais da educação; e aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos, como também realização de atividades - meios necessários ao funcionamento dos sistemas de ensino, aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Nesta conjuntura, observa-se que políticas educacionais têm o foco na aprendizagem nos componentes curriculares português e matemática, em virtude de testes padronizados, como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) que oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, considerado pelos organismos internacionais a idade e tempo para conclusão da formação inicial dos anos escolares que promove o contato do estudante com os componentes curriculares considerados “núcleo duro”, sobressaindo as duas disciplinas supracitadas. Segundo Freitas (2018) a escola se concentra no português e matemática “esvaziam a ênfase da escola em outras disciplinas como as Artes, História, Filosofia, etc. Isso fará com que cada vez mais seja colocado em debate a questão das finalidades da educação, levando a um clamor por um conceito mais amplo de educação.” (Freitas, 2018, p. 139).

O contexto socioeconômico global e a veloz propagação de informações, vem impondo desafios às instituições escolares, logo a modalidade Escola da Autoria, passa ser evocada e até acordado em instrumento legal sendo um novo projeto de organização do trabalho pedagógico destinado à sociedade com forte ênfase na ampliação do tempo de permanência na escola, estruturação curricular, cumprimento de metas estabelecidas.

Nesta circunstância, o Estado de Mato Grosso do Sul, rende-se a mais uma proposta “inovadora” na educação, criando através da Lei n.º 4.973, de 29 de dezembro de 2016, o Programa de Educação em Tempo Integral - Escola da Autoria estando vinculado à Secretaria de Estado de Educação. Configurando seus objetivos a ampliação da jornada escolar, o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino e a formação integral e integrada do estudante mediante um projeto dito inovador.

Associado a isso, vêm a política de fomento, Portaria n.º 1.145, de 10 de outubro de 2016, regendo a criação das escolas de tempo integral e normativas, como a Resolução/SED n.º 3.776/2020 que instituiu um comitê para a elaboração de um plano para implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e sempre com vistas a melhorar a qualidade do ensino, sobretudo os índices de desenvolvimento do ensino médio.

Contudo, disposições de organização curricular, estrutura administrativa e diretrizes para o funcionamento da escola no contexto do referido projeto, vai de fato se concretizar conforme a lei da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED - MS), publicada na Resolução SED-MS n.º 3.557, de 18 de janeiro de 2019.

No entanto, vale destacar que a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul estabeleceu parceria no início do ano letivo de 2017 para elaboração e acompanhamento da proposta da Educação Integral em Tempo Integral, com uma instituição privada do estado de Pernambuco chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. O ICE emprega a metodologia “Escola da Escolha” que consiste em um “modelo educacional inovador” cuja ação educativa foca no jovem e na construção do seu projeto de vida. Motta (2023) explana que o projeto realiza:

“[...] mobilização dos princípios empresariais e do empreendedorismo na área educacional, que busca sustentação na prerrogativa sobre a ‘capacidade de os sujeitos sonharem’; e a constante presentificação do futuro, que reinscreve a importância da Educação, fomenta a valorização da autorresponsabilidade pelo próprio destino e reposiciona continuamente os Projetos de Vida.” (Motta, 2023, p. 7)

Informações ressaltadas pelo ICE (2021) destacam que a primeira atuação do modelo “Escola da Escolha” foi em 2003, no Ginásio Pernambucano, na etapa ensino médio. Contudo, o referido instituto tem intensificado seus trabalhos atuando em inúmeras unidades federativas, no estado de Mato Grosso do Sul, estabelecendo parceria em regime de colaboração e corresponsabilidade com a REE com ênfase no ensino médio.

Nesse sentido, a implantação do modelo “Escola da Escolha” galgou avanços em MS a partir do ano de 2016, principalmente, através da implementação da Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral desenvolvido pelo Ministério da Educação. Acrescenta-se também a relação dos objetivos do MEC em implementar a educação de tempo integral no Brasil fator que alavancou e fortaleceu a implantação simultânea da Escola da Escolha do ICE de Pernambuco em diversos estados brasileiros, como Acre, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins.

Tanto o modelo “Escola da Escolha” quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), política pública implementada no país na educação básica com propostas pedagógicas

que estabelece conhecimentos, competências e habilidades aos alunos influenciaram os novos referenciais curriculares de Mato Grosso do Sul, ensino infantil, ensino fundamental e do Ensino Médio. O currículo do ensino infantil e fundamental foi lançado em 2019, já do ensino médio em 2021 após consultas públicas e diálogos.

Em Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SED) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação promoveram formações presenciais aos gestores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas de autoria desde 2018 no Centro de Formação Mariluce Bittar – SED, na cidade de Campo Grande. O objetivo das reuniões foi fomentar o modelo do ICE nas escolas de tempo integral, visando a formação integral dos estudantes, com foco no projeto de vida.

As escolas de autoria receberam orientação pedagógica da SED para desenvolver os itinerários formativos no ensino médio. No ano de 2018, a SED juntamente com o ICE realizaram uma reunião presencial com os gestores escolares para expor a estrutura de funcionamento do novo ensino médio da REE, sendo um modelo de ensino composto por 4.500 horas, com 1.800 horas de Formação Geral Básica e 2.700 horas de Itinerário Formativo.

A partir das propostas e metas da BNCC definiram-se as disciplinas regulares e as ofertadas pelo Projeto Ensino Fundamental em Tempo Integral “Escola da Autoria” conforme quadro.

QUADRO 8 – GRADE CURRICULAR DO ENSINO REGULAR E DA ESCOLA DA AUTORIA (2018)

Grade Curricular Regular	Grade Curricular Escola da Autoria
Língua Portuguesa	Estudo Orientado
Língua Inglesa	Eletiva I
Artes	Eletiva II
Educação Física	Projeto de Vida
Geografia	-
História	-
Matemática	-

FONTE: Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (2018).

Para o componente Estudo Orientado, preconizou-se que o professor regente, formado em qualquer área do conhecimento, tem a liberdade desde que sincronizado com o planejamento de professores de outros componentes curriculares, colaborar com a sistematização da produção

textual em pesquisa vinculadas a inserção e interesse do estudante, contextualizando e integrando o conhecimento nos princípios da transversalidade.

As atribuições do docente referem-se a mediador da aprendizagem, prevalecendo o planejamento individual desvinculado ao que os demais professores desenvolvem, para não inculcar um ideário de reforço ou complementação determinante para os componentes curriculares os quais estudantes apresentam dificuldades de acompanhamento bem como aprendizagem. Nesse sentido, o docente segmenta um processo de aprendizagem direcionada a promover a internalização do conhecimento ao aluno, potencializando-os usar de diferentes metodologias, para que isso transcorra.

Será fundamental separar os objetivos desse componente de qualquer estratégia de reforço, pois o eixo central dessa proposta é promover a construção gradativa de uma maturidade acadêmica voltada à autoria. Sendo assim, as atividades propostas pelo docente devem conter um elenco de técnicas de estudo e pesquisa que possam garantir o estímulo ao desenvolvimento de competências cognitivas, gerando, assim, uma aprendizagem eficaz e autônoma (Mato Grosso do Sul, 2018, p. 19).

Com relação às disciplinas Eletivas I e II, as recomendações direcionam criar oportunidades/situações onde os estudantes aflorem a dedicação aos estudos experienciando temáticas a partir de propostas fruto de seus próprios ideários, fundamentadas em seus desejos, sendo na modalidade de projetos. Uma perspectiva de tornar a escola uma instituição que oferece oportunidades de sonhar, realizar e concretizar ancorado em princípios sustentáveis, enaltecendo o protagonismo estudantil, promovendo a socialização, a consciência e a prática cidadã.

As orientações da SED/MS, nestes termos, tangenciaram os ideários de:

- estabelecer, sempre que possível, por meio de assembleia, entre os segmentos envolvidos, decisões menos rotineiras, como implementações que impliquem reorganizações significativas (que geram muitas alterações no funcionamento) de cada atividade Eletiva específica;
- considerar atividades que sejam inéditas e que se diferenciem daquelas já contempladas em componentes da base comum ou das integradoras; e que as Eletivas I e II sejam canalizadoras de projetos que aspirem experiências inovadoras, voltadas ao protagonismo;
- compor as turmas, organizando-as em períodos anuais com número de vagas previamente estabelecido, podendo abranger estudantes de anos escolares diferentes.

Nesse sentido é transcorrido diversidade de práticas de convivência e socialização, sendo realizadas nos horários de almoço, com tempo de execução mínima de duas horas-aula,

abrangendo temas versando sobre os aspectos sociais, culturais, emocionais e hábitos necessários à saúde, vislumbrando o aprimoramento intra e interpessoal, possibilitando aos estudantes vivência da cidadania, da participação e do coletivo.

A configuração do processo de funcionamento do Ensino em Tempo Integral desencadeou uma diversidade de desafios principalmente para a gestão escolar, destacando adequações na infraestrutura física do prédio, ampliação, adaptação no espaço, visando atender o tempo de permanência de todos os atores sociais no ambiente, face à estrutura pedagógica apresentada pelo projeto, uma vez que a implementação da proposta nova de ensino, antecedeu o planejamento, a preparação e organização para hospedar um projeto que requer um vasto custeio financeiro.

A estrutura e funcionamento pedagógico do Projeto “Escola da Autoria” no contexto escolar, engloba uma equipe composta por gestores, coordenadores pedagógicos, professores de componentes curriculares e profissionais administrativos. Preza por perfil e atribuições de profissionais da educação com formação ao nível superior, sendo que o docente desempenha a função de ensino e ao coordenador pedagógico, neste caso efetivo, o acompanhamento pedagógico.

Contudo, o número de docentes concursados é restrito, tempo de permanência na instituição bastante variado. Associa-se ainda à equipe os profissionais contratados via processo seletivo SED-MS e casos de iniciantes na carreira docente. Outro fator muito importante a ser considerado é a relação professor/aluno, dado o tempo de permanência de ambos no ambiente escolar e os trabalhos curriculares desenvolvidos.

Destaca-se que o perfil profissional é uma questão muito importante uma vez que é apregoado dinamicidade, participação intensa do público atendido, sendo que os profissionais são responsáveis pela construção do conhecimento superando problemáticas e enaltecendo potencialidades, consolidando o sucesso de todas as estratégias de ações estabelecidas, sendo que a produção do conhecimento é de responsabilidade de todo recurso humano lotado na instituição.

Os administrativos da escola (agente de limpeza, merendeira, bibliotecário, secretário, agente patrimonial, porteiros e outros) são partícipes, no sentido pedagógico, do Ensino Fundamental em Tempo Integral – Escola da Autoria, ao desenvolverem suas funções. Esses educadores não docentes, também contribuem para a aprendizagem autoral dos estudantes, pois se considera a importância de seus serviços para a obtenção de bons resultados de desempenho discente (Mato Grosso do Sul, 2018, p. 28).

À medida que as mudanças na organização curricular das escolas da REE e a aplicação do modelo “Escola da Escolha” ocorrem, há necessidade da formação continuada dos

profissionais foi essencial para a implantação da “Escola da Autoria”. O setor pedagógico da SED denominado CFOR, foi fundamental para o desenvolvimento da Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Mato Grosso do Sul. Consoante a lei 6.023 e Resolução/SED n.º 4.244, a política promove formações na perspectiva de estabelecer o contínuo desenvolvimento da prática pedagógica articulada às políticas educacionais do Sistema Estadual de Ensino. A oferta dessas formações transcorre em diferentes modalidades, presencial, a distância ou híbrida, o foco principal se encontra na formação sólida com conhecimentos e práticas essenciais ao exercício da docência, instigando os conhecimentos específicos aos componentes ou áreas (Mato Grosso do Sul, 2024).

A estrutura curricular das escolas de autoria que ofertam o novo ensino médio, de 2019 a 2023, passam por alterações, sendo que nos últimos anos em virtude de tais políticas públicas, escola da autoria e novo ensino médio, transcorre uma nova composição do currículo, englobando Formação Geral Básica e Itinerários Formativos, totalizando 4.500 horas nas escolas de autoria com ensino médio em tempo integral.

QUADRO 9 – CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL DA ESCOLA DE AUTORIA DO ENSINO MÉDIO (2021)

Distribuição da Carga Horária (4.500 horas)				
Composição	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Formação Geral Básica (FGB)	600 h	600 h	600 h	1.800 h
Itinerário Formativo	900 h	900 h	900 h	2.700 h

FONTE: Secretaria de Estado de Educação (2021).

Neste formato de currículo, apresentado no quadro 9, a carga horária do itinerário formativo (parte flexível) é superior à formação geral básica, a finalidade dos itinerários é que o estudante escolha um percurso de aprendizagem, aprofundamento do conhecimento em uma determinada área de estudo na perspectiva de desenvolver habilidades para ter uma visão de mundo. Essa flexibilização curricular vem pré-estabelecida da Secretaria de Estado de Educação, o itinerário formativo propedêutico é um percurso formativo da parte flexível do Novo Ensino Médio, onde os estudantes podem escolher, no ato da matrícula escolar, os seguintes itinerários: ciências da natureza e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias,

ciências humanas e sociais aplicadas, matemática e suas tecnologias, formação técnica e profissional.

Referindo-se ao componente curricular geografia a carga horária no ensino médio foi estabelecida uma hora/aula semanal, cerca de 50 minutos, quatro horas/aula mensais totalizando oito horas/aula no bimestre, com possibilidade de o docente de geografia enfrentar, conforme calendário escolar, feriados ou demandas da SED como reuniões ou formações nos dias letivos. A ementa do componente, geografia, evidenciado no quadro 10, conforme o currículo de referência do estado de Mato Grosso do Sul (2021) é composto por eixos temáticos e objetos de conhecimento. Retratando um cenário de demandas considerável de objetos de conhecimento no componente desproporcional ao quantitativo de carga horária de lotação do docente, o que desencadeia descumprimento da ementa, ausência de conteúdo, docente desmotivado, aulas do componente sem dinamismo, pois aulas com metodologia ativa exigem carga horária maiores. Enfim, uma completa desarticulação e conexão do componente, geografia no ensino médio.

QUADRO 10 – CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL DA ESCOLA DE AUTORIA DO ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA (2021)

Componente Geografia – Competência Específica			
Eixo Temático - Tempo e Espaço			
Ano	Objetos de Conhecimento		
1º Ano	Conceito de espaço: transformações no espaço geográfico no decorrer da história do homem.	Ocupações territoriais: Colonialismo e Neocolonialismo.	A transformação no espaço natural: adequação da ocupação humana ao relevo.
	Etnia e cultura no Brasil e em Mato Grosso do Sul: diversidade étnica e cultural.	Conhecimento geográfico evidenciado por meio da trajetória do homem.	Conhecimento geográfico evidenciado por meio da trajetória do homem.
	Cartografia: a cartografia e as tecnologias; Coordenadas geográficas: latitude longitude; Fusos horários: hora no Brasil e no mundo.		

1º Ano	Eixo Temático – Território e Fronteira		
	Produção do Espaço Geográfico no Brasil desde o período colonial até os dias atuais; contextos de localização.		
2º Ano	Eixo Temático – Território e Fronteira		
	Dinâmicas populacionais brasileiras e as teorias Malthusianas, Neomalthusianas e Reformista.	Globalização: contextos econômicos e sociais no Brasil e no mundo.	Estado e Nação; Ocupação Espacial; Fronteira e território.
	Território e Territorialidade: Limites e Fronteiras; Oriente Médio: conflitos, quadro econômico e político atual.	As culturas juvenis e o papel da juventude na análise da ação antrópica sobre o meio ambiente e as políticas ambientais.	
2º Ano	Eixo Temático – Sociedade e Natureza		
	Produção agropecuária: sistemas de produção e empresas agrícolas; relações com os problemas ambientais.	Exploração de recursos naturais e atividades agropecuárias: práticas agroextrativistas em comunidades indígenas e quilombolas no Brasil e no Mato Grosso do Sul.	Impactos ambientais da produção industrial no Brasil e no Mundo e na Indústria Cultural.
	Fontes produtivas e fontes alternativas de energia; Questões políticas, econômicas e ambientais relacionadas à produção e ao consumo de energia.	Políticas ambientais (nacionais e internacionais) na ótica dos acordos de cooperação mundiais: Estocolmo 1972; Rio de Janeiro/ECO 1992; Protocolo de Kyoto 1997; Johannesburgo 2002 Rio+10; Rio de Janeiro 2012 e Rio+20; Acordo de Paris 2015.	Desenvolvimento sustentável e agroecologia: formas alternativas de relacionamento com a terra; cultivo dos povos tradicionais de Mato Grosso do Sul.
3º Ano	Eixo Temático – Política e Trabalho		
	Tecnologia e o mundo do trabalho: as várias formas de trabalho no decorrer do tempo, nos diferentes espaços e contextos.	A Nova Ordem Mundial, a Divisão Internacional do Trabalho e as novas formas de trabalho no Século XXI.	A globalização e suas consequências no mundo do trabalho e na sociedade.

	Relações de Trabalho no mundo contemporâneo e a juventude.		
3º Ano	Eixo Temático – Sociedade, Cultura e Ética		
	Grupos étnicos de Mato Grosso do Sul: organizações socioculturais e localização espacial.	Movimentos sociais: a luta Indígena e quilombola pela terra, no Brasil e em Mato Grosso do Sul.	Políticas da terra: relações de trabalho na zona rural; A luta pela terra e os conflitos sociais no campo.
	Transformações culturais e sociais no decorrer da história do século XX e suas implicações para o mundo contemporâneo.		
3º Ano	Eixo Temático – Indivíduo, Cultura, Política e Ética		
	Brasil e Mato Grosso do Sul na geopolítica mundial.	Transformação do território brasileiro no século XX: processo de industrialização brasileira e criação das grandes estatais.	Mato Grosso do Sul: formação social e econômica.
	O papel dos Organismos Internacionais na soberania dos países: ONU, OEA, OIT, OMC, FMI, OCDE, BID/BIRD.	Direitos Humanos no século XXI.	Mito da Democracia Racial brasileira: consequências das políticas socioeconômicas para os grupos étnico-raciais (negros e indígenas) do Brasil.

FONTE: Secretaria de Estado de Educação (2021).

A projeção do currículo de Referência do Ensino Médio iniciou-se ano de 2019, com forte influência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e contou com o envolvimento de uma equipe do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) composta pela Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica (COGEB) um programa que apoia as secretarias estaduais de educação. Parte do processo no mesmo ano passou por uma consulta pública, principalmente, com a participação dos professores da REE, ocorreu em todo estado para construção da Formação Geral Básica, organizada pelas Coordenadorias Regionais de Educação com participação das secretarias municipais de educação, universidades e docentes. Nesta consulta não foi discutido ou evidenciado os itinerários formativos.

Ao entrar em contato com o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul do Novo Ensino Médio e o Catálogo de Unidades Curriculares as escolas da REE apresentaram inúmeras dúvidas, sobretudo relacionadas em como aplicar as alterações curriculares no ambiente escolar

de forma concreta e a organização do quadro de professores para componentes jamais vistos. Os gestores escolares e os coordenadores pedagógicos do município de Aquidauana recorreram à CRE 1 para compreender as mudanças. As primeiras formações continuadas partiram da SED e das CREs para as escolas da REE, principalmente com a CFOR desenvolvendo as formações continuadas de acordo com os documentos oficiais sobre o currículo, um elo de orientação para a transição curricular de Mato Grosso do Sul.

Cabe destacar que as formações, orientações, atendimentos gravitaram em torno das legislações que regem o programa em curso, sua estrutura e protocolos de funcionamento, currículo, BNCC, gestão escolar. Com relação aos componentes curriculares, cada docente se transformou em um artista para dar os devidos encaminhamentos e executar seu trabalho.

7 INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES ESCOLARES PESQUISADAS

Ao enfatizar a geografia enquanto disciplina no currículo escolar e o fazer docente a ela relacionado, no contexto do município de Aquidauana, destacando as escolas da autoria especificamente o ensino médio, direciona refletir sobre a influência deste componente curricular na socialização de adolescente, jovens nesta etapa do ensino, bem como os reflexos da referida reforma educacional em foco, na prática docente. Nesta conjuntura perpassa o conteúdo, metodologia, avaliação, o planejamento, além dos fundamentos socioepistemológicos e ideológico inerente ao contexto.

Assim, o currículo pensado e apresentado no contexto das reformas que abrange o ensino médio, tem sido evocado visando contemplar as “necessidades” dos estudantes alvos específicos. No entanto, traz interesses difusos e diversos de aspectos socioculturais vinculado a um processo histórico prenhe de contradições e a serviço de interesses de relação ideológica de poder na perspectiva de produzir identidades individuais e coletivas sobretudo ancorado em ideários dissimulados do neoliberalismo.

Todo um contexto de ausência do estado de bem-estar social que gravita as políticas sociais, nas escalas globais ao local desde os anos de 1990, intensifica a partir da metade da primeira década do século XXI no contexto do estado brasileiro com reflexos regionais e locais, perpassando a redução dos gastos com as demandas sociais, reformas trabalhista e previdenciária com reflexos em terceirização, tempo e idade de aposentadoria, soma-se ainda a reforma administrativa colocando fim a estabilidade do servidor público, enaltecimento da meritocracia, a queda de serviços públicos de atendimento social, desencadeando reformas em todos os setores institucionais, sendo a educação o principal foco.

Contudo, cabe destacar que tais investidas traz em seu bojo ideários contidos dentre outros, nos artigos 26 e 35 da LDB (1996), o Movimento todos pela educação (2005/2006) com fortes incursões desde 2007 difundido a educação ser assumida por todos os setores da sociedade e o Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE - (2007) sendo um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar sua gestão. Estes são alguns marcos de posicionamentos das classes empresariais divulgado em seus discursos, a respeito da necessidade de implantar melhoria na educação nacional, sedimentando e materializando alocações e manifestações consensuais sobre a emergência de implantação da reforma educacional, sobretudo porque a configuração de mercado apresenta um novo arranjo.

Infiltrados no MEC, com forte participação sobretudo a partir dos anos de 2005, um grupo de empresários fica responsáveis pela Câmara de Políticas de Gestão, Secretaria de Educação Básica, Conselho Nacional de Educação. Assim, lança, defende e emplaça as bases de uma reforma educacional com ênfase na formação de trabalhadores e empreendedores, estabelecimento de parcerias público/privado e premiações. Tais coalizões desencadeiam oficialmente a Reforma do ensino médio no ano de 2016.

Cabe destacar que estas forças camuflaram seus interesses, disseminando informações sobre dados estatísticos referentes ao ensino médio, produzidos e validados em pesquisas científicas, ressaltando questões relacionadas a evasão e desinteresse. Nestes termos é destacado por Frigoto (2016) que os argumentos da reforma ressaltaram os índices de matrículas, sendo mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola além das informações de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas trazendo ocorrência de registros cuja taxa de 40,3% de jovens na faixa etária regular para cursar o ensino médio, apresentavam desinteresse por esse estágio da educação. Dessa forma, elegeram essa etapa do ensino como o principal desafio da educação do momento.

Portanto, em caráter de urgência, através da Medida Provisória número 746 de 23 de outubro de 2016, instaura a criação do Novo Ensino Médio. Ancorado na ideologia do grupo empresarial e gestores públicos do momento, a alegação para tal empreitada girou em torno de que estava sendo considerado prioridades, necessidades individuais dos estudantes e oferecendo oportunidades equivalentes ao que é ofertado nos países de vanguarda. Sendo assim, no dia 17 de fevereiro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o texto final da reforma do Ensino Médio, cujas principais mudanças trazem inferências a carga horaria e currículo. De acordo com Frigoto (2016, p. 1)

Os proponentes da reforma, especialistas analfabetos sociais e doutores em prepotência, autoritarismo e segregação social, são por sua estreiteza de pensamento e por condição de classe incapazes de entender o que significa educação básica. E o que é pior, se entende não a querem para todos.

Esta sistematização, associa-se também a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio, uma vez que está definido neste documento quais conhecimentos devem ser ensinados ao nível nacional, aos alunos dessa etapa escolar (Brasil, Lei no 13.415, 2017). Aprovada no ano de 2018, baliza e estrutura a composição curricular na escala estadual. Considerando as operações imperativas da conjuntura, muitos reflexos são desencadeados por meio de instrumentos legais com repercussões no currículo, no material pedagógico, na profissionalização docente, na política salarial e infraestrutura escola.

Com relação ao currículo, ficou estruturado em dois segmentos, sendo um obrigatório para todos os estudantes, e outro dividido no que é denominado de itinerários formativos. Acrescenta-se a “grande inovação” com vasta aceitação social, a flexibilização do currículo, onde 60% da matriz curricular é composta por disciplinas obrigatórias e 40% de disciplinas optativas, possibilitando ao aluno escolher uma área para se especializar. Sendo assim, uma ideologia regida pelo pressuposto de que os estudantes podem apresentar maior interesse em cursar o ensino médio fazendo opção pelos conteúdos que queiram estudar, que para Frigoto (2016, p. 3) “... uma traição aos alunos filhos dos trabalhadores, ao achar que deixando que eles escolham parte do currículo vai ajudá-los na vida.” Além disso, esta escolha, converte-se numa propaganda enganosa, tolhendo a liberdade de escolha dos jovens, pois os itinerários formativos passam a ser contemplados conforme as condições da escola em ofertar.

A desprofissionalização e precarização do trabalho docente entra em evidência em virtude de a liberação de profissionais denominados “notório saber” sem o devido preparo pedagógico, formação em licenciatura, para atuar na docência. Com relação ao professor de Geografia, o desvio de área de atuação deste profissional, pois a redução de carga horária, obriga-o complementação de horas com outras disciplinas destacando Empreendedorismo, Projeto de Vida, componentes curriculares em que o professor não apresenta formação inicial e nem continuada. Somam-se a isso repercussões no preenchimento de vagas na oferta do curso de licenciatura, dada baixa procura e todos os resquícios a esta inerente.

Assim, destaca-se que a atuação empresarial na educação brasileira sempre se configurou ativa, esboçando ações implícitas e explícitas nos estados e municípios de acordo com preconizações estabelecidas ao nível federal. No atual contexto, a unilateralidade apregoada na formação integral, universal para a juventude, priva, principalmente o público oriundo de classe trabalhadora assalariada, a universalidade do Ensino Médio, direito garantido via Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996. Ao oferecer uma formação minimalista e dual, face à superficialidade de conteúdo conexa à redução da carga horária de disciplinas que potencializam reflexões e leitura de mundo, como geografia, soma-se também a oferta de formação técnica-profissional, ao passo que para a suprema corte uma formação clássica. Deste modo, uma reprodução do “Homo sapiens e Homo faber”.

Dessa forma, cabe ainda enfatizar que o modelo pedagógico tecnicista apregoado, desvirtua o ensino da Geografia de uma filosofia da práxis que potencializa uma leitura crítica e transformadora do mundo. O aluno não experiencia em plenitude os fundamentos teóricos, metodológicos que são próprios da ciência geográfica. Carecem de formação basilar em

observar, descrever, sintetizar, comparar, explicar, compreender, criticar, problematizar e dominar as técnicas de representação socioespacial e ambiental, que instigam raciocínio investigativo para posicionar e agir e, além disso, o conduz ao acesso no ensino superior.

7.1 As práticas pedagógicas implementadas na Unidade Curricular geografia

Os docentes de geografia do ensino médio da REE de Mato Grosso do Sul vivenciam uma organização curricular limitada para a área, com escassez de carga horária, cinquenta minutos de aula por semana. Traz reflexões quanto a qualidade das práticas pedagógicas da unidade curricular geografia na educação sul-mato-grossense, principalmente, sobre os impactos das políticas educacionais.

A pesquisa é de cunho qualitativo. Para coleta de dados foi usado a técnica de questionários, e com intuito de obter êxito, os docentes e coordenadores pedagógicos das escolas da autoria foram convidados pelo pesquisador pessoalmente e mediante e-mail a participar da pesquisa. Porém, apenas 8 indivíduos participaram, 50% docentes, 12,5% coordenadores pedagógicos e 37,5% diretores escolares. A pesquisa conseguiu participação de entrevistados que atuam nas escolas da REE – EE Cândido Mariano, EE Felipe Orro, EEI Pastor Reginaldo Miguel, EE Professor Antônio Salústio Areias e EEI de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN.

O entrevistado 1, exerce a função de gestor escolar na EEI Pastor Reginaldo Miguel – Hoyenó'o, área rural do município de Aquidauana, atua já faz 5 anos na instituição e relatou que a comunidade escolar participou de reuniões para compreenderem sobre o Novo Ensino Médio e a Escola da Autoria. Afirmou que as políticas públicas possuem dois pontos: “Positivo: Com o novo currículo, a escola passou a ter cursos técnicos. Negativo: Diminuiu aulas no eixo da formação geral básica, como geografia, química e biologia.” (Entrevistado 1). Sobre a infraestrutura predial foi ressaltado que houve bastante mudanças, principalmente, após a implantação do programa Escola da Autoria, como a instalação de ar condicionados nas salas de aulas e quadra poliesportiva com arquibancadas.

O entrevistado 2, atua na função de gestão na EE Cândido Mariano, região urbana do município, por quatro anos. Relatou que os impactos das políticas públicas foram enormes e que, com isso, todos os setores da escola sentiram essa mudança. Foi relatado que a escola passou por reformas recentes, com isso, os estudantes estão mais motivados a participar das atividades escolares.

O terceiro entrevistado atua como docente de geografia há mais de um ano, e falou que as comunidades participaram de reuniões para a apresentação do programa Escola da Autoria, e relatou que a escola passou por uma reforma com o foco na adaptação e modernização para o ensino integral, sala de tecnologias, instalação de internet com velocidade adequada, kits de robótica e laboratório móvel, laboratório de ciências, salas climatizadas, reforma na quadra de esportes, refeitório e pintura predial.

Positivamente, essas abordagens podem proporcionar uma educação mais personalizada e centrada no aluno, permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos alinhados com seus interesses e habilidades. Por outro lado, os desafios podem surgir na implementação dessas novas abordagens, incluindo a necessidade de recursos adicionais, como formação de professores, infraestrutura e materiais educacionais adequados. (Entrevistado 3).

O quarto entrevistado atua na educação básica há 25 anos, exerce atualmente a função de coordenador pedagógico, e relatou no questionário que a comunidade escolar participou de reuniões para compreender o funcionamento do Novo Ensino Médio e a Escola da Autoria. O entrevistado mencionou que a escola foi reformada, porém, falta espaços como anfiteatro, cobertura de uma das quadras esportivas e melhorias no refeitório. E com relação aos impactos das políticas públicas no ensino-aprendizagem, explicou que:

Ponto positivo: melhoria do processo ensino aprendizagem através da inserção de novas disciplinas que complementam através aplicabilidade do método de pesquisa prática no espaço; qualificando o aluno para inserção no mercado de trabalho. Ponto negativo: falta de materiais didáticos sobre as novas disciplinas e formação continuada. A escola de autoria de tempo integral continua na fase de adaptação, tanto dos pais, como por parte dos alunos, devido à forma cultural que a escola era antes. (Entrevistado 4).

O quinto entrevistado exerce a função de docente de geografia desde 2010. E relatou que a consulta da comunidade quanto à implantação das políticas públicas o entrevistado falou que não participou e não soube afirmar, quando iniciou na escola em 2023 já havia o novo ensino médio e a escola da autoria. Já com relação à reforma predial o docente disse que não percebeu melhoras, a sala de tecnologias não funciona adequadamente por falta de computadores, ar condicionado e internet satisfatória, e relatou no questionário ausência do apoio técnico da SED na escola. Cita os impactos causados pelas políticas na escola:

Fazendo uma reflexão sobre os impactos dos programas na escola, o primeiro que vem à mente é o ponto negativo. Pois quando atuei no ensino médio, eu tinha apenas uma aula na semana para cumprir um currículo extenso, outro olhar é que não tivemos recursos pedagógicos (livros, revistas, equipamentos de informática) para atuar na escola com esses novos programas. E o ponto positivo foi que tínhamos um planejamento coletivo, onde conseguíamos conversar sobre projetos, aulas dinâmicas ou demandas pedagógicas da escola. (Entrevistado 5)

A pesquisa traz a participação do sexto entrevistado, que exerce a função de docência de geografia em Aquidauana desde 2015. Afirmou que houve reuniões na escola para explicar sobre as políticas públicas implantadas no final do ano anterior a implantação. E relata que as políticas públicas trouxeram mudanças no ensino-aprendizagem, conforme fala abaixo:

A reformulação do Novo ensino Médio trouxe novos componentes curriculares que na minha opinião não auxiliou ou melhorou o índice de aprendizagem dos alunos. O tempo a mais no ambiente escolar não está favorecendo o desenvolvimento do aluno, pontos como realização das tarefas, ter organização e realizar momentos de atividades de pesquisa e trabalhos são prejudicados principalmente no Ensino Médio com uma aula apenas de Geografia nos 1º e 2º anos. E outro fator negativo que o estudante acaba se cansando mais, ficando o dia todo na escola. Positivo: A ideia da escola de autoria é interessante, deve ser modificada a forma de atendimento, com cursos no contra turno, atendimentos direcionados a dificuldades dos alunos, oficinas, entre outros. (Entrevistado 6)

O sétimo entrevistado, ocupa o cargo de direção escolar já a cinco anos na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos – MIHIN. E revelou que houve reuniões na comunidade para tratar sobre o novo programa. E afirma que o novo ensino médio trouxe melhoras no ensino-aprendizagem da escola, e que a escola obteve uma reforma parcial, porém ainda faltam melhorias como um refeitório para uso dos estudantes.

A pesquisa evidencia a visão do oitavo entrevistado, que exerce a docência de geografia em uma escola estadual indígena pouco mais de quatro anos, e o prédio sofreu constantes reformas, como a troca do telhado. Afirmar que não houve consulta ou reunião sobre o novo ensino médio e a escola da autoria, e que as políticas educacionais causaram mudanças locais, segundo o relato:

Impacto positivo: os estudantes acompanham as mudanças que acontece no ensino e aprendizagem, por exemplo, na questão da integração da tecnologia os estudantes acompanham sem dúvida. (Entrevistado 8)

O questionário revelou que todos os entrevistados atuam nas escolas da REE a mais de 1 ano e alguns casos há 25 anos, possibilitando a ótica e a percepção das mudanças ocorridas nos últimos cinco anos, desde a implantação do programa Escola da Autoria e o projeto Novo Ensino Médio.

Os entrevistados declararam que as comunidades escolares participaram de reuniões nas escolas antes da implantação das políticas educacionais, Escola da Autoria e Novo Ensino Médio, para explicação do funcionamento do projeto da etapa ensino médio e o novo cenário da escola de tempo integral. Um ato apenas informativo, sem oportunidade de debates.

Em relação aos impactos trazidos pelas políticas educacionais nas seis escolas da REE, o quadro 11 evidencia que as disciplinas da formação geral básica, inclusive a geografia, tem carga horária reduzida no ensino médio, implicando no trabalho pedagógicos dos docentes no cumprimento do currículo e no desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A formação continuada é um fator determinante para a atuação dos docentes nas escolas da autoria, e os entrevistados destacaram a ausência de uma formação continuada adequada, com formações práticas com o uso de tecnologias na educação e metodologias ativas aos docentes da escola de tempo integral, a SED juntamente com a CFOR elaboram formações continuadas online, tornando o efeito pouco eficaz, na prática docente. Mas foi exaltado que, com o novo currículo, algumas escolas passaram a ofertar cursos técnicos para a comunidade, contribuindo com a formação especializada para comunidade, cursos que correspondem à realidade local.

O entrevistado afirmou que com a escola em tempo integral houve a inserção de novas disciplinas possibilitando a aplicabilidade do método de pesquisa e qualificação do aluno para o mercado de trabalho, principalmente, na parte do currículo denominada flexível organizada em dois percursos formativos: propedêutico que possibilita o aprofundamento em áreas de conhecimento; e profissional que promove a formação técnica e profissional. É recente afirmar que os cursos técnicos vão trazer uma qualificação de qualidade aos alunos, pois os cursos foram implantados no ano anterior, porém é fato que traz à comunidade duas novas possibilidades.

QUADRO 11: IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM

Impactos Positivos	Impactos Negativos
Na concepção de professor, vejo que houve uma mudança enorme, com isso todos sentiram esse impacto.	Diminuiu aulas no eixo da formação geral básica, como geografia, química e biologia.
Com o novo currículo, a escola passou a ter cursos técnicos.	Por outro lado, os desafios podem surgir na implementação dessas novas abordagens, incluindo a necessidade de recursos adicionais, como formação de professores, infraestrutura e materiais educacionais adequados.
Positivamente, essas abordagens podem proporcionar uma educação mais personalizada e centrada no aluno, permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos alinhados com seus interesses e habilidades.	Falta de materiais didáticos sobre as novas disciplinas e formação continuada. A Escola de Autoria ainda está fase de adaptação tanto dos pais, como por parte dos alunos, devido à forma cultural que a escola era antes.

Melhoria do processo ensino aprendizagem através da inserção de disciplinas que complementam através da aplicabilidade do método de pesquisa prática no espaço, qualificando o aluno para inserção no mercado de trabalho.	O primeiro que vem à mente é o ponto negativo. Pois, quando atuei no ensino médio, eu tinha apenas uma aula na semana para cumprir um currículo extenso. Outro olhar é que não tivemos recursos pedagógicos (livros, revistas, equipamentos de informática) para atuar na escola com esses novos programas.
O ponto positivo foi que tínhamos um planejamento coletivo, onde conseguíamos conversar sobre projetos, aulas dinâmicas ou demandas pedagógicas da escola.	A reformulação do Novo Ensino Médio trouxe novos componentes curriculares que, na minha opinião, não auxiliou ou melhorou o índice de aprendizagem dos alunos. O tempo a mais no ambiente escolar não está favorecendo o desenvolvimento do aluno, pontos como realização das tarefas, ter organização e realizar momentos de atividades de pesquisa e trabalhos são prejudicados, principalmente, no Ensino Médio, com uma aula apenas de Geografia nos 1º e 2º anos. E outro fator negativo é que os alunos acabam se cansando mais, ficando o dia todo na escola.
A ideia da escola de autoria é interessante, deve ser modificada a forma de atendimento, com cursos no contra turno, atendimentos direcionados a dificuldades dos alunos, oficinas, entre outros.	Falta de materiais tecnológicos.
Com o Novo Ensino Médio ocorreu significativa melhora no ensino-aprendizagem na escola.	Desde quando entrei na escola houve reforma do prédio, ou seja, da infraestrutura.

FONTE: Elaborada pelo autor com base nas entrevistas (2024).

Conforme se observa no quadro 11, foram realizadas duas perguntas no questionário sobre os materiais ou recursos pedagógicos das escolas da autoria na etapa do ensino médio. A maioria dos entrevistados relatou que as escolas receberam materiais pedagógicos, por exemplo, kit de robótica e laboratório móvel, materiais importantes para prática dos conhecimentos teóricos colocados em prática, no entanto, kits com baixo potencial para serem utilizados pelos docentes de geografia, são explorados por áreas de exatas e ciências da natureza. Dois entrevistados disseram que as escolas sofrem com falta de materiais tecnológicos e pedagógicos, em especial para o ensino médio, como ausência de livros didáticos ou número insuficiente do acervo da escola impactando o desenvolvimento intelectual dos alunos e dificultando a prática pedagógica dos docentes, realizando escritas de textos longos e necessitando de impressões de materiais da escola, situações que geralmente é financiado com recursos financeiros do professor.

Já o entrevistado 6 afirma que a escola recebeu repasses financeiros, vindos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) a gestão escolar direcionou para compra de materiais pedagógicos, contudo, não atende todas as necessidades da escola, principalmente, projetos pedagógicos, principalmente do componente, geografia, que necessita de materiais e visitas técnicas em ambientes externos, como museus, parques e trilhas interpretativas, mas afirma que auxilia na compra de livros literários, cartolina, mapas, tintas, demandas crescentes da escola.

QUADRO 12 – OCORREU OFERTA DE MATERIAIS/RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA AS TURMAS DO ENSINO MÉDIO? AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS TROUXERAM MELHORAS NESTE QUESITO PARA GEOGRAFIA?

Entrevistados	RESPOSTAS
N.º 1	Sim, recebemos materiais como: mobiliário, kit robótica e laboratório móvel.
N.º 2	Sim. Houve mais investimentos com a oferta da escola da autoria. A verba aumentou para essas compras no pedagógico da escola.
N.º 3	Em termos de recursos pedagógicos, ainda não. Há uma necessidade de materiais como os livros didáticos, esses estão em falta ou são insuficientes para uso.
N.º 4	Em algumas disciplinas, houve uma melhoria no aporte de materiais pedagógicos e incentivo aos estudantes através do pagamento de uma bolsa até o final do ensino médio.
N.º 5	Quanto a recursos ou materiais, não observei melhoras. Apenas demandas sem recursos para a escola.
N.º 6	As ofertas são direcionadas a partir do PDDE, com repasses. Não atende as necessidades da escola, mas já auxilia.
N.º 7	A oferta de material básico está correta, o que faltam são materiais tecnológicos.
N.º 8	Sim, somos atendidos na questão de materiais, para confecção de materiais didáticos e projetos.

FONTE: Elaborada pelo autor com base nas entrevistas (2024).

A pesquisa demonstra claramente que os diretores, coordenadores pedagógicos e docentes veem na formação continuada um importante momento para o crescimento pedagógico da escola. Porém, as formações continuadas da SED não atendem, às vezes, a necessidade dos docentes como uma oficina sobre uso de tecnologias educacionais e metodologia ativa aplicada em sala direcionada ao componente curricular geografia, o desenvolvimento de projetos pedagógicos, enfim, um trabalho pautado na formação geral do corpo docente e nas áreas específicas. O quadro 13 demonstra sobre as formações continuadas ofertadas pela SED ou pela escola.

QUADRO 13 - A SED OU A ESCOLA OFERTOU APOIO TÉCNICO E PEDAGÓGICO PARA O PROFISSIONAL ATUAR NO "NOVO ENSINO MÉDIO" E NA "ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL"?

Entrevistados	RESPOSTAS
N.º 1	Sim.

N.º 2	Não. Com o novo ensino médio e a escola da autoria, não houve formações oferecidas pela SED. A escola teve que aprender no coletivo.
N.º 3	Sim. Tivemos formações.
N.º 4	Sim. Mas parcialmente ainda não totalmente concluída.
N.º 5	As formações continuadas ocorreram na escola, com orientações da SED. As orientações partiram da coordenação pedagógica, com leitura de textos sobre avaliação, aulas dinâmicas, troca de experiências durante as formações. Uma formação com muito discurso e pouca ação efetiva para mudar o cenário escolar da unidade.
N.º 6	As formações na maioria das vezes se referiam a repasses gerais, nada de forma específica por disciplina. Somente depois iniciaram-se momentos por área de conhecimento, o que ainda não é suficiente.
N.º 7	Sim, ocorreram formações continuadas.
N.º 8	A SED de primeira não, mas ao longo do ano estão ofertando formações presenciais. A Escola sempre oferta formação continuada.

FONTE: Elaborada pelo autor com base nas entrevistas (2024).

A formação continuada no ambiente escolar é essencial para a reflexão do trabalho pedagógico, nestes momentos que os docentes se reúnem para trabalhar de forma coletiva. Há elaboração de projetos pedagógicos interdisciplinares ou multidisciplinares, análise dos dados do IDEB e SAEMS, em seguida, a discussão de soluções para melhorar os índices. A formação dos docentes precisa ter um direcionamento por parte da gestão escolar e da coordenação pedagógica, caso contrário irá replicar as informações enviadas pela SED e não causará efeito nenhum.

Quanto à formação continuada, o entrevistado 2 relatou que não houve formações oferecidas pela SED sobre o novo ensino médio e a escola da autoria. A escola teve que aprender no coletivo. E o entrevistado 5 falou que nas formações continuadas na escola as orientações são efetuadas pela coordenação pedagógica, onde é feita leitura de textos enviados pela SED sobre avaliação, aulas dinâmicas, troca de experiências; uma formação com muito discurso, só que pouca ação efetiva. O entrevistado 8 afirma que no início da implantação da “Escola da Autoria” na escola, a SED não ofertou formação continuada, mas que no decorrer do ano letivo fez formações continuadas presenciais.

O componente curricular geografia obteve influências na implantação das políticas públicas educacionais. O entrevistado 3 atua em duas escolas de autoria do município e afirma que “apenas uma aula é insuficiente para ministrar os conteúdos”, e reforça que o alívio curricular são as unidades curriculares ligadas à geografia, como “Aprendendo Cartografia” e “Intervenção Comunitária”. Que pode estabelecer uma conexão com a geografia que ministra,

onde consegue abordar os conceitos geográficos. Para o entrevistado 5, o novo ensino médio prejudicou a geografia, trouxe uma fragilidade na carga horária. E afirmou que “correm cobranças em metodologias ativas, pela coordenação pedagógica e direção, mas sem amparo da SED ou MEC no quesito apoio financeiro”, dificultando melhoras nas práticas pedagógicas do docente de geografia. Segundo o entrevistado 6, atua em uma unidade escolar desde o início do programa Escola da Autoria e do projeto novo ensino médio e afirma que ocorreu “variações amplas e desconexas, principalmente, na disciplina de Geografia no Ensino Médio que retirou conteúdos (objetos de conhecimentos) considerados importantes da geografia física e cartografia.” E a formação continuada para o componente, geografia há uma lacuna enorme, de falta de metodologias ativas para atuar nas escolas de autoria, conteúdos práticos, como elaboração de mapas dinâmicos, confecção de maquetes, oficinas de astronomia - ciência interligada com a geografia - uso de programas como Stellarium e QGIs nas aulas de geografia.

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul implantou a “Escola da Autoria” com o propósito de fortalecer o protagonismo dos alunos com acolhimento, clubes de protagonismo e tutorias. Segundo a SED em uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisas com sede em Belo Horizonte, Quaest, solicitada para Mato Grosso do Sul mostra que 93% dos entrevistados avaliam como positivo a educação de tempo integral e 83% dos pais preferem que os filhos usem essa modalidade em Mato Grosso do Sul. Os estudantes e professores reconhecem que o modelo trouxe maior proximidade e tem um foco socioemocional, principalmente tratado na disciplina projeto de vida. Já a gestão escolar reconhece os desafios da permanência dos estudantes por mais tempo na escola do que com a própria família, havendo necessidade de um trabalho diferenciado por parte do corpo administrativo e, principalmente, a presença constante de formações continuadas para docentes atuarem de forma mais eficaz em sala de aula segundo a pesquisa.

A política pública “Escola da Autoria” traz um conforto social para algumas famílias de baixa renda, mas trouxe retrocessos quanto aos alunos do ensino médio que preferem estudar em escolas com ensino regular, em virtude do emprego informal, que auxilia a família na renda mensal. E para a componente geografia a educação de tempo integral etapa ensino médio não fortaleceu a disciplina, pelo contrário enfraqueceu, tanto pedagogicamente, com aulas dinâmicas e fortalecimento dos conteúdos para o ingresso dos estudantes em uma universidade, quanto para as condições de trabalho dos docentes do componente que trabalham em até três escolas em diferentes turnos para uma composição salarial que corresponde ao seu orçamento.

Por fim, as políticas públicas, sobretudo a que se encontra em curso relacionada ao ensino médio, escondem a realidade das escolas com propagandas midiáticas afirmando a

importância de um currículo diversificado, porém, desconexo ao ENEM, vazio de conteúdos essenciais para o futuro dos alunos, formação reflexiva crítica, privando-os de acesso à universidade.

Além disso, há de destacar que as narrativas sobre inovações amplamente divulgadas por gestores com relação ao novo ensino médio, escola da autoria, corrobora muito para submeter o aluno a estagnação socioeconômica, potencializa a exclusão, constrói uma força de trabalho descartável, inserindo o aluno pobre, que se converte em um trabalhador para o sistema empresarial. Apregoando assim, o trabalho social educativo para o capital. De acordo com Bastos (2017, p. 98), as “necessidades pedagógicas e de desenvolvimento humano e social do alunado” são substituídas por um “caráter imediatista, mercantilizante e adestrador” uma forma de ter jovens subservientes e manutenção da ordem vigente.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação denominada integral e de tempo integral se apresenta como estratégia para melhoria da qualidade da educação básica brasileira, mas para ser contemplada as duas vertentes em questão, deve envolver tanto a dimensão quantitativa, com ampliação do tempo do/a estudante na escola, como também qualitativa, relacionada à formação integral do sujeito humano.

A política pública de educação de tempo integral prevista no PNE 2014-2024 não atingiu a meta estabelecida de 25% das matrículas da educação básica, segundo o painel de monitoramento do PNE, ferramenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), o índice foi de 20,6% em 2023, e o percentual de escolas públicas em jornada de tempo integral tinha uma meta de 50%, no entanto, atingiu o percentual de 30,5% para o período em foco. Quanto ao estado de Mato Grosso do Sul de acordo com dados do monitoramento do PNE evidenciou o índice das matrículas da educação básica em 18,1% em 2023 e o percentual de escolas públicas em jornada de tempo integral atingiu a marca de 34,9%; o painel esclarece que o município de Aquidauana possui 54,5% de escolas públicas em jornada de tempo integral e 29,5% de matrículas da educação básica em tempo integral, revelando que o município atingiu a meta número 6 imposta pelo Plano Nacional de Educação.

O município de Aquidauana apresenta um cenário de escolas públicas com política de educação de tempo integral que vem sendo gradativamente consolidada. Atualmente, há nove escolas da REE com o regime na modalidade de ensino de tempo parcial ou integral. Ainda restam duas unidades a serem implantadas.

O processo de implantação da política pública no contexto local transcorreu via “convite e/ou sugestão” da SED ao gestor da unidade escolar. Isso deu início no ano de 2019, sendo que, no transcorrer de cinco anos, já está sendo ofertado o ensino de tempo integral em nove escolas da REE no município.

A gênese e evolução do fenômeno no local, transcorre associando incorporação da política, reforma infra estrutural das instituições, reestruturação de currículo, PPP, difusão do novo contexto via reuniões formais e informais para os profissionais da educação da unidade em processo de implantação e a comunidade abrangente.

Neste contexto, grande ênfase é dada aos aspectos relacionados a ampliação da jornada escolar, aumento da carga horária dos estudantes, o foco gravita apenas em torno da escola de tempo integral e não é tocado na pluralidade e complexidade de vertentes que a política abrange a formação integral e integrada dos estudantes. Além disso, cabe destacar que todos os atores

sociais envolvidos no processo alguns compreendem as mudanças, outros entende parcialmente, há aqueles que não concordam, mas sujeita vivenciar o processo, soma-se um grupo que se desvincula e busca outras alternativas, ainda há aqueles que entende a educação apenas como obrigatoriedade.

Com relação à formação pedagógica visando desenvolver a nova modalidade que está sendo implementada nas escolas, as formações, orientações, atendimentos pelos órgãos responsáveis tanto para unidade escolar como para a comunidade, destacam as legislações que regem o programa em curso, estrutura e protocolos de funcionamento, currículo, BNCC, gestão escolar. Com relação às disciplinas, transcorre ineficaz oferta de instrumentalização específica, cabendo aos docentes que desejam desempenhar sua função com qualidade, esmero e dedicação, buscar formação particular, incorrendo em investimento de recursos financeiros próprios, comprometendo sua vida econômica, desencadeando realidades psicossociais e econômicas nefastas ao trabalhador que são invisíveis ao sistema.

Os impactos dessa política a comunidade são evidentes, principalmente na estrutura escolar com falta de refeitórios e banheiros adequados, os gestores buscam recursos financeiros para adequar as instalações das unidades para atender com qualidade os alunos, uma infraestrutura que deveria estar pronta antes da inserção da política. Entre as escolas estudadas, três obtiveram reforma predial conquistada, que transcorreu simultânea à implementação do programa. Já três tiveram que adaptar as antigas infraestruturas ao modelo implantado. A política educacional de tempo integral deve oferecer uma unidade escolar adequada aos desafios da modalidade, com anfiteatro, quadra esportiva coberta, refeitórios, banheiros adequados, salas climatizadas, sala de tecnologias, disponibilidade de material didático e internet ágil para o desenvolvimento de pesquisas no ambiente escolar.

O quesito infraestrutura das unidades escolares, é considerado um impacto negativo para efetivação plena da política pública em curso, pois os alunos permanecem na unidade mais de 8 horas, necessitando de ambientes com infraestrutura considerando a diversidade do público estudantil, áreas de convivência com bancos ou cadeiras para descanso após o almoço, além de recursos humanos habilitados para atender demandas diversas cotidianamente na instituição. Com um aparato de infraestrutura, equipe de agentes sociais em funcionamento adequado, a educação - em e de tempo integral - potencializa a construção de conhecimento erudito em um processo contínuo, envolvendo teoria e prática ancorado em estudo e leitura, elaborados a partir das linguagens e lógicas das diferentes áreas do conhecimento contribuindo na formação ética, estética e política dos alunos e melhorando os índices de desenvolvimento da educação básica.

Outra demanda que a política desvelou foi a necessidade objetiva no direcionamento das formações continuadas. Um processo pedagógico existente em todas as escolas da REE, as escolas de tempo integral necessitam de atenção especial para este quesito, já que o currículo exige uma flexibilidade de objetos de conhecimento e metodologia ativa com foco no protagonismo do aluno.

O estímulo à leitura e à pesquisa são essenciais para os alunos e docentes. A formação continuada, necessita incorporar a reflexão para as duas categorias sobre métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem com a intenção de promover de forma dinâmica as duas modalidades de estudo, incorporando o lúdico, atraindo o público da educação básica para a escola, despertando interesse pelo aprender, além de abrir horizonte no fazer docente.

É recomendado às escolas da autoria a implantação de clubes da leitura, xadrez, astronomia, dentre outras ações pedagógicas. Nesse sentido, instrumentalizar o profissional com métodos e técnicas direcionadas ao exercício eficaz no desempenho destas estratégias pode promover uma aprendizagem ativa, atendendo prerrogativas da Secretaria de Estado de Educação que visam êxito na construção de um aluno protagonista. Uma solução sem grandes custos para as escolas de tempo integral seria a construção de salas temáticas, onde os estudantes experienciariam ambientes temáticos com elementos voltados aos componentes curriculares.

As escolas da autoria possuem uma complexidade na lotação dos professores, tanto efetivos quanto convocados, alguns profissionais vivem num constante rodízio de escolas, não permanecendo no mesmo ambiente escolar por mais de um ano, além disso, para completar a lotação professores aventuram-se em novas disciplinas. Diante das realidades observadas neste estudo, sugere-se considerar prioridade a permanência prolongada do docente com relação ao exercício profissional, carga horária de lotação, disciplinas atribuídas, salvo exceções excepcionais. São fatores que colaboram na concretização efetiva de um projeto de educação exclusivo de uma instituição.

Os números de matrículas nas escolas de autoria vêm diminuindo. Foi observado um caso em uma escola de autoria estudada, com altas discrepâncias entre os índices de alunos frequentes e o número de matriculados apresentado em documentos oficiais. Destaca-se também que, no contexto da realidade local estudada, os alunos do ensino médio preferem escolas que ofertam o ensino em tempo regular do que escolas de tempo integral. Diálogos informais enfatizam motivos diversos, perpassando desde inserção em mercado de trabalho formal e informal, compromissos nos afazeres domésticos, complementação de orçamento familiar, independência financeira, cansaço de permanência longa no ambiente escolar, oferta

da área temática de ensino não é atrativa, não correspondendo ao desejo do estudante até a ineficácia de infraestrutura física. Nesse sentido, há ocorrência de formação de quatro turmas da mesma série em instituição que oferta o ensino regular, ao passo que na de autoria, apenas uma.

Com relação ao ensino de geografia, formação geral básica, a pesquisa evidencia que houve redução da carga horária na etapa do ensino médio, o conhecimento tem ficado comprometido, não contemplando todo referencial teórico proposto, a formação cidadã, acesso ao ensino superior, escrever e desenvolver projetos pedagógicos; a carga horária se divide em uma aula semanal nos 1º e 2º anos, e duas aulas no 3º ano.

A SED apregoa para a escola de autoria, temáticas chaves para desenvolver um trabalho interdisciplinar entre geografia e outras áreas do conhecimento, porém isso se impossibilitou, pois os docentes possuem uma carga horária insuficiente para cumprir o próprio referencial, além das recorrentes mudanças na matriz curricular da REE do ensino médio. Somado a isso, esbarra na infraestrutura inadequada, como salas de tecnologias com poucos computadores e uma internet instável para a elaboração de um trabalho colaborativo e de pesquisa.

Assim, no contexto do município de Aquidauana, a educação, especificamente na temática estudada, tem transcorrido mais na perspectiva tempo integral do que integral. Condições para efetividade da escola de autoria ainda carecem de investimentos.

A materialização da política pública no contexto local se encontra no plano da legislação, no plano da concretização de política educacional para a escola, vislumbra-se a partir desta pesquisa que ainda há um longo caminho a ser percorrido para converter os problemas em potencialidades, os desejos em possibilidades, estabelecendo assim conexões entre discursos, textos legais e oficiais, ações em realidade, garantindo direito público de acesso à educação de qualidade ao estudante no município de Aquidauana.

REFERENCIAS

- ALLARD, Denis. **De l'évaluation de programme au diagnostic sócio-systémique: trajet épistémologique**. 1996. 280 f. Thèse de doctorat en Sociologie. Montreal: Université du Québec à Montreal, 1997.
- ARAÚJO, A. F. R. A., & ARAÚJO, J. M. (2018). A Educação Nova e o Novismo em Educação: O novo como ilusão necessária. **Revista Portuguesa de Educação**, 2018, p. 31(2), 23-36. <https://doi.org/10.21814/rpe.13719>.
- ARENDT, H.. **A crise na educação**. In H. Arendt, *Quatro textos excêntricos* (pp. 21- 53). Lisboa: Relógio D'Água. 2000.
- AZEVEDO, F.. **A renovação e unificação do sistema educativo**. In: _____. A transmissão da cultura. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 163-218.
- BASTOS, R. M. B.; ROCHA, A. R. M.. **No profit left behind**: os efeitos da economia política global sobre a educação básica pública. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28494>.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. 2007. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas, Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em <https://qedu.org.br/municipio/5001102-aquidauana/censo-escolar>. Acesso em 07 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Escola de Tempo Integral terá investimento de R\$ 4 bi**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/escola-de-tempo-integral-tera-investimento-de-r-4-bi#:~:text=O%20programa%20visa%20ampliar%20em,tempo%20integral%20em%20suas%20redes>. Acesso em 14 de setembro de 2024.
- BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui **a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 set. 2016.
- BRASIL. Portaria nº 1.145 de 10 de outubro de 2016. Institui o **Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral**, criado pela Medida Provisória nº 746. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 20 março 2016, de www.planalto.gov.br

BRASIL. Lei Federal n. 14.640 de 31 de julho de 2023. Institui o **Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/L14640.htm. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o **Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral**, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 11 out. 2016, seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017a. Institui a **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 27 de abril de 2023.

BRASIL. Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEB. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file> . Acesso em: 29 nov. 2023.

CAMURRA, L. **Escola Pública**: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. Novembro de 2008, UNIOESTE, Campus Cascavel. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9251230-Escola-publica-manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-e-o-direito-a-educacao.html>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

CARVALHO, L. E. P.; RODRIGUES, R. B. F. **Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS, 14., 2019. Anais [...] São Paulo: Unicamp, 2019. p. 4261-4274. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3237/3102>. Acesso em: 22 out. 2023.

CARVALHO FILHO, J. S.. Políticas públicas e prestações judiciais determinativas. In: FORTINI, C.; ESTEVES, J.C.S.; DIAS, M.T. F.. (Org.). **Políticas públicas**: possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

CAVALIERE, A. M.. Escolas de Tempo Integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. Em CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C.. **Educação brasileira e(m)tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALIERE, A. M. V.. Educação Integral: **Uma Nova Identidade da Escola Brasileira**. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol.23, nº81, 2002, p. 248.

COELHO, L. M. C.. **História(s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

CORRÊA, S. de S., FERRI, C., & GARCIA, S. R. de O. (2022). O que esperar do Novo Ensino Médio? **Revista Retratos Da Escola**, 16(34), 15–21. Recuperado de <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1543>. Acesso em 15 de julho de 2023.

- CURY, C. R. J.. Qual é o papel da união, dos estados e dos municípios na educação? **Todos Pela Educação**. 2018. <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/qual-e-o-papel-da-uniao-dos-estados-e-dos-municipios-na-educacao/#:~:text=Colabora%C3%A7%C3%A3o,apreciados%20pelo%20plen%C3%A1rio%20da%20Casa>. Acesso em 15 de agosto de 2024.
- DASSO JÚNIOR, A. É.. **Nova Gestão Pública (NGP): a teoria de administração pública do Estado ultraliberal**. [2014]. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489>>. Acesso em: 5 junho. 2023.
- DALBEN, Â. I. L. de F.. (2009). Os ciclos de formação como alternativa para a inclusão escolar. **Revista Brasileira De Educação**, 14(40), 66–82. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100006>.
- DUARTE, R. de L.. **A formação de professores de geografia da Rede Estadual de Ensino no município de Aquidauana/MS: ensaios sobre o pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Aquidauana. Aquidauana, MS, 2016.
- EDVIRGES, L. C.. **Educação em tempo integral: Análise da implantação e implementação do programa escola da autoria na rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, p. 90. 2021.
- FERREIRA, M. C., & NERES, C. C. (2018). Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul- meta 4 - Organizações necessárias para um cenário de inclusão escolar. **GEOFRONTER**, 3(4). Recuperado de <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3033>
- FIALHO, N. H., & OLIVEIRA, J. D. B. de .. (2022). **ANISÍO TEIXEIRA, SISTEMA DE EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA**. Educação & Sociedade, 43, e257567. <https://doi.org/10.1590/ES.257567>
- FREITAS, C. R.. **A experiência da escola em tempo integral na rede pública municipal de Cascavel** (2001 – 2005). Unioeste, 2006, p. 120.
- FREITAS, L. C. de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação & Sociedade, 35(129), 1085–1114. 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Acesso em: 28 de maio de 2024.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 45.
- FRIGOTTO, G. (2016). REFORMA DO ENSINO MÉDIO DO (DES) GOVERNO DE TURNO: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento-Revista de educação**, (5). <https://doi.org/10.22409/mov.v0i5.32621>
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.. (Orgs.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. 2004.
- HOUSAYE, J.. **La pédagogie traditionnelle. Une histoire de la pédagogie. Suivi de “Petite histoire des savoirs”**. Paris: Editions Fabert. 2014.
- INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). In. ICE Brasil. Recife: ICE. [2021?]. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2024.

KUENZER, A. Z.. (Org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

LIBÂNEO, J. C.. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MATO GROSSO DO SUL. LEI Nº 4.973, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016. Cria o **Programa de Educação em Tempo Integral, denominado “Escola da Autoria”**, e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Os currículos do ensino médio são compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente**.

MATO GROSSO DO SUL. LEI Nº 3.403, DE 30 DE JANEIRO DE 2018. Dispõe sobre a **“Organização Curricular e o Projeto Político Pedagógico das escolas de educação em tempo integral – Escola da Autoria – etapa do ensino médio, da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul”**, e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução/SED n. 3.776/2020. instituiu o **Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio**.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: **Ensino Médio e Novo Ensino Médio** / Organizadores Helio Queiroz Daher; Davi de Oliveira Santos; Marcia Proescholdt Wilhelms. Campo Grande - MS: SED, 2021. (Série Currículo de Referência; 2).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução/SED N. 3.957, de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a **“Organização curricular, a estrutura administrativa e o funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que ofertam a educação em tempo integral, na etapa do Ensino Fundamental - Escola da Autoria”**, e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Mato Grosso do Sul**. Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014. Plano Estadual de Educação (PEE-MS). Disponível em: http://pee.sistemas.sed.ms.gov.br/Arquivos/TEXT0_BASE_PEE-MS.pdf. Acesso: 30 de maio de 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.026, de 2 de maio de 2022**. Dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS) para ano letivo de 2022, e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10819_03_05_2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.161, de 06 de março de 2023**. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022, que trata do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA-MS). Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11013_14_12_2022.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução/SED nº 4.267, de 22 de janeiro de 2024. **A organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul**, e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. RESOLUÇÃO/SED Nº 4.244, de 20 de março de 2024. Regulamenta a **Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino de Mato Grosso do Sul**.

MARTINS, E. M.. **Movimento "todos pela educação"**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 184 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1621434>. Acesso em: 17 Jul. 2023.

MARTINS JUNIOR, L., MARTINS, R. E. M. W., & DIAS, J.. (2022). E agora, como fica?: Reflexões sobre a Geografia do Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista e-Curriculum**, 20(3), 1392-1414. Epub 02 de janeiro de 2023. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p1392-1414>

MAURÍCIO, L. V.. Literatura e representações da escola pública de horário integral. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 27, p. 40-56, set./dez. 2004.

MAURÍCIO, L. V.. (2014). Ampliação da jornada escolar: configurações próprias para diferentes contextos - Brasil e Europa. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, 22(85), 875–898, p. . <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000400002>

MENDES, G. M. L., & SEMANN, V. C. (2017). LDB e ampliação da jornada: Uma abordagem do ciclo de políticas. **Retratos Da Escola**, 10(19), 519–532. <https://doi.org/10.22420/rde.v10i19.634>
MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2014.

MORAN, J. M.. **Os Novos Espaços de Atuação do professor com as Tecnologias**. 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6938/6818>. Acesso: 03 de maio de 2022.

MOTTA, G. G.. **Projetos na sociedade da aprendizagem interface com o projeto de vida: o modelo da Escola da Escolha e suas implicações para a área educacional**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 7. 2023.

NÓVOA, A. (1995). **Uma educação que se diz nova**. In A. CANDEIAS, A. NÓVOA, & M. H. FIGUEIRA, Sobre a Educação Nova. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923- 1941) (pp. 24-41). Lisboa: Educa.

OLIVEIRA, T. A. de.. **Educação Integral no século XXI – Do Programa Mais Educação ao Programa Novo Mais Educação**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação Educação, Linguagem e Psicologia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 24. 2019.

OLIVEIRA, M. M. de. Metodologia interativa: um processo hermenêutico dialético. Interfaces Brasil/Canadá. **Revista brasileira de estudos canadenses**. Porto Alegre. V. 1, N. 1, 2001.

PATTO, M. H. S.. “Escolas cheias, cadeiras vazias” nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos avançados**, 2007, p. 265.

APÊNDICE

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DA
AUTORIA NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM GEOGRAFIA

- O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de implantação da Escola da Autoria e o Novo Ensino Médio, no município de Aquidauana-MS, no período de 2019 a 2023.

* Indica uma pergunta obrigatória

1 Nome (Opcional)

2 Função que exerce ou exerceu na escola:*

- ☐ Direção Escolar
☐ Coordenação Pedagógica
☐ Professor (a)

3 ESCOLA que atua ou atuou, no período de 2019 a 2023:*

Marque todas que se aplicam.

- ☐ EE CÂNDIDO MARIANO
☐ EE FELIPE ORRO
☐ EE PROFESSORA MARLY RUSSO RODRIGUES
☐ EE PROFESSOR ANTÔNIO SALÚSTIO AREIAS
☐ EEI PASTOR REGINALDO MIGUEL – HOYENÓ'O
☐ EEI DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR DOMINGOS VERÍSSIMO MARCOS – MIHIN
☐ Início em 2024.

4 Após assinalar a instituição de exercício docência, indique o tempo de permanência:*

5 A comunidade escolar foi consultada ou houve reunião para explicar sobre o Novo Ensino Médio e a Escola da Autoria? *

6 Citar os impactos positivo ou negativo no ensino-aprendizagem da escola com o Novo Ensino Médio e a Escola de Autoria? *

7 Analisando a infraestrutura ou reforma predial da escola, ocorreu mudanças neste aspecto com as políticas públicas implantadas? Enfatize sua resposta: *

8 Ocorreu oferta de materiais/recursos pedagógicos para as turmas do ensino médio? As políticas públicas implantadas trouxeram melhoras neste quesito? Destaque sua resposta: *

9 Quanto as formações continuadas dos docentes. A SED ou a escola ofertou apoio técnico e pedagógico para o profissional atuar no "novo ensino médio" e na "escola de tempo integral"? *

10 Referindo especificamente a disciplina de geografia na escola que você atua, o novo ensino médio e a escola de tempo integral trouxeram quais influencias na oferta deste componente curricular? *

Obrigado pela participação!